

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**  
**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR**  
**2016/2017**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO**

**O ENQUADRAMENTO POLÍTICO E MILITAR NO PERÍODO EM QUE O MARECHAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA DESEMPENHOU AS FUNÇÕES DE GOVERNADOR E COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ-BISSAU**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

**CAP INF NUNO ALEXANDRE FERRER MORGADO**

**CAP INF MARCO ANDRÉ REIS SILVA**

**CAP INF DUARTE MIGUEL GOUVEIA MARTINS**

**CAP ART ANTÓNIO AUGUSTO DA SILVA DE ALMEIDA (Coordenador)**

**CAP ENG LUÍS FILIPE MARQUES DOS SANTOS CONCEIÇÃO**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O ENQUADRAMENTO POLÍTICO E MILITAR NO PERÍODO  
EM QUE O MARECHAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA  
DESEMPENHOU AS FUNÇÕES DE GOVERNADOR E  
COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ-  
BISSAU**

**GRUPO DE TRABALHO N.º 4**

**CAP INF NUNO ALEXANDRE FERRER MORGADO**

**CAP INF MARCO ANDRÉ REIS SILVA**

**CAP INF DUARTE MIGUEL GOUVEIA MARTINS**

**CAP ART ANTÓNIO AUGUSTO DA SILVA DE ALMEIDA (Coordenador)**

**CAP ENG LUÍS FILIPE MARQUES DOS SANTOS CONCEIÇÃO**

Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2016/2017

Pedrouços, 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O ENQUADRAMENTO POLÍTICO E MILITAR NO PERÍODO  
EM QUE O MARECHAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA  
DESEMPENHOU AS FUNÇÕES DE GOVERNADOR E  
COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ-  
BISSAU**

**GRUPO DE TRABALHO N.º 4**

**CAP INF NUNO ALEXANDRE FERRER MORGADO**

**CAP INF MARCO ANDRÉ REIS SILVA**

**CAP INF DUARTE MIGUEL GOUVEIA MARTINS**

**CAP ART ANTÓNIO AUGUSTO DA SILVA DE ALMEIDA (Coordenador)**

**CAP ENG LUÍS FILIPE MARQUES DOS SANTOS CONCEIÇÃO**

Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2016/2017

Orientador: TCOR ENG JOSÉ MIGUEL ALMEIDA RAMALHO

Pedrouços, 2017



## **Declaração Anti-Plágio**

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado “O enquadramento Político e Militar no período em que o Marechal António de Spínola desempenhou as funções de Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau” corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto discentes do Curso de Promoção a Oficial Superior 2016/17, no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 03 de julho de 2017

---

Nuno Alexandre Ferrer Morgado  
Cap Inf

---

Marco André Reis Silva  
Cap Inf

---

Duarte Miguel Gouveia Martins  
Cap Inf

---

António Augusto da Silva Almeida  
Cap Art

---

Luís Filipe Marques dos Santos Conceição  
Cap Eng





## **Agradecimentos**

Ao Sr. Tenente-Coronel de Engenharia José Miguel Almeida Ramalho, pelo apoio na organização e estruturação do trabalho, e por todos os esclarecimentos prestados, indicações e sugestões dadas.

Aos militares entrevistados, o Sr. Coronel de Artilharia na Reserva Otelo Saraiva de Carvalho e o Sr. Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, pela disponibilidade demonstrada e pela partilha de experiências e saber, que muito contribuiu para a clarificação de conceitos e ideias sobre a Guerra Colonial em geral, e sobre o tema em particular.



## **Índice geral**

Declaração Anti-Plágio .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Índice geral.....	iv
Índice de anexos.....	iv
Índice de apêndices .....	iv
Resumo .....	v
Palavras-Chave .....	vi
Abstract.....	vii
Keywords .....	viii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	ix
Introdução .....	1
1. O Marechal António de Spínola .....	4
1.1. O homem e o militar .....	4
1.2. A visão para a Guiné-Bissau .....	6
2. Situação militar e política na Guiné em 1968 .....	9
3. Medidas Implementadas na Guiné após 1968 .....	11
3.1. Reorganização das Forças Armadas .....	11
3.2. Reorganização do sistema político.....	16
3.3. Impacto das Alterações Implementadas.....	19
Conclusões .....	22
Bibliografia .....	25

## **Índice de anexos**

Anexo A – Extrato do anexo “A” à Acta da Reunião de Comandos de 15 de Maio de 1973 – Análise da Situação do Inimigo .....	Anx A-1
---	---------

## **Índice de apêndices**

Apêndice A – Evolução dos efetivos das Forças Armadas na Guiné .....	Apd A-1
Apêndice B – Cronologia de eventos na Guiné (entre Maio 1968 e Agosto 1973)...	Apd B-1
Apêndice C – Transcrição da entrevista ao Exmo. Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos Pires .....	Apd C-1



## **Resumo**

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental africana onde Portugal chegou pela primeira vez em 1446, tendo permanecido como colónia Portuguesa até 1973. Com a assinatura da Carta das Nações Unidas, quer por Portugal quer pelos países Africanos, ganhou forma a resistência inimiga, sendo que, em 1956, nasce o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral.

António Sebastião Ribeiro de Spínola nasceu a 11 de abril de 1910 em Estremoz, aos dez anos de idade ingressou no Colégio Militar e, já como Aspirante a Oficial na Escola Militar, casa-se com Maria Barros, filha do General João de Barros. Em 1961, com 51 anos, o Tenente-Coronel Spínola, colocado no Regimento de Lanceiros N.º 2 (RL2), oferece-se para a guerra, recebendo o comando do Grupo de Cavalaria 345 (GCav 345), com um total de 600 Homens, e recebe a missão de combater o inimigo na zona de Bessa Monteiro, no norte de Angola. Foi neste período inicial em África que alcançou enorme prestígio em Portugal e desenvolveu a sua consciência política, sendo que cedo se apercebeu de que um conflito com aquelas características não teria uma solução militar.

Em 1968 é nomeado por António Oliveira Salazar para desempenhar as funções de Governador-Geral e de Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau. A visão de Spínola para o conflito seria inovadora, onde a ideia de «pensar como o inimigo, sem ficar como ele» estaria sempre presente. No seu conceito o conflito seria ganho através da conquista das populações ao nível militar, mas sobretudo no plano económico e social, através do desenvolvimento de programas de progresso e bem-estar. No plano militar e até 1968, em resultado das características subversivas dos combates, as forças estavam dispersas pelo território onde se estreitava o contacto com as populações e existia a intenção de reduzir a capacidade militar do PAIGC. Após 1968 a manobra militar de Spínola foi desenvolvida segundo três vetores: cortar os eixos de reabastecimento e apoio aos guerrilheiros, retirar o apoio das populações ao PAIGC e combater o inimigo nas suas zonas libertadas. Em termos políticos e sociais o seu programa, com o famoso *slogan* «Por Uma Guiné Melhor», procurava desenvolver as áreas social, económica e cultural das populações com o intuito de aproximar todos os grupos étnicos e o Governo. Para isso, a implementação dos «Congressos do Povo» foi o seu maior acontecimento político, onde o diálogo com as populações era possível através dos seus representantes mais legítimos.



A visão de Spínola, aliada ao seu vigoroso comando, quebrou o conformismo existente até à sua chegada ao território e apresentou resultados, provocando descontentamento e frustração entre os combatentes do PAIGC. No entanto, a falta de apoio do Governo de Marcelo Caetano, que negou a admissão de um compromisso político para resolver a guerra aliado à elevada capacidade política interna e externa do PAIGC, levaram à sua saída da Guiné a 6 de agosto de 1973.

## **Palavras-Chave**

**Spínola, Guerra, Guiné, População, Visão.**



## **Abstract**

Guinea-Bissau is a country on the west coast of Africa where Portugal first arrived in 1446 and remained a Portuguese colony until 1973. With the signing of the Charter of the United Nations both from Portugal and from the African countries, enemy resistance was formed, 1956 is born the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) led by Amílcar Cabral.

António Sebastião Ribeiro de Spínola was born on April 11, 1910, in Estremoz, and at the age of ten he joined the Military College and as an Officer Aspirant, in the Military School, he married Maria Barros, daughter of General João de Barros. In 1961, at the age of 51, Lieutenant-Colonel Spínola, placed in the Regiment of Lancers N° 2 (RL2), offers itself to the war, where he receives the command of the Group of Cavalry 345 (GCav 345) with a total of 600 Men, and receives the mission to fight the enemy in the area of Bessa Monteiro, in northern Angola. It was in this initial period in Africa that he gained enormous prestige in Portugal and developed his political conscience, being that soon he realized that a conflict with those characteristics would not have a military solution.

In 1968 he is nominated, by António Oliveira Salazar, to serve as General Governorator and Commander in Chief of the Guiné-Bissau Armed Forces. Spínola's vision for the conflict would be innovative, where the idea of "thinking like the enemy without being like him" would always be present, in his concept the conflict would be won through the conquest of the populations at the military level but especially in the economic and Through the development of programs of progress and well-being. On military level and until 1968 as a result of the subversive characteristics of the fighting, the forces were dispersed throughout the territory where the contact with the population was narrowed and there was the intention to reduce the military capacity of the PAIGC, after 1968 the military maneuver of Spínola was developed according to three vectors: to cut the axes of refueling and support to the guerrillas, to withdraw the support of the populations to the PAIGC and to fight the enemy in their liberated zones. In political and social terms, his program with the famous slogan "For a Better Guinea" sought to develop the social, economic and cultural areas of the population in order to bring all ethnic groups and the Government closer together. For this the implementation of the "People's Congresses" was their greatest political event, where dialogue with the populations was possible through their most legitimate representatives.



The vision of Spínola allied with his vigorous command broke the existent conformism until his arrival in the territory and presented results, provoking displeasure and frustration between the combatants of the PAIGC, nevertheless the lack of support of the Government of Marcelo Caetano that denied the admission of a political commitment to resolve the war allied to the high internal and external political capacity of the PAIGC led to his departure of Guinea on 6 August 1973.

## **Keywords**

**Spínola, War, Guinea, Population, Vision.**



## **Lista de abreviaturas, siglas e acronónimos**

### **A**

**AHM** – Arquivo Histórico Militar

### **C**

**CM** – Colégio Militar

**CAOP** – Comandos de Agrupamento Operacional

**COP** – Comandos Operacionais

### **E**

**EM** – Escola Militar

**EME** – Estado Maior do Exército

### **F**

**FNLG** – Front de Libération National Guinéen

**FFAA** – Forças Armadas

### **G**

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**GCav 345** – Grupo de Cavalaria 345

### **O**

**ONU** – Organização das Nações Unidas

### **P**

**PAIGC** – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

**PIFAS** – Programa de Informação das Forças Armadas

### **Q**

**QC** – Questão Central

**QD** – Questão Derivada

### **R**

**RC4** – Regimento de Cavalaria N.º 4

**RC7** – Regimento de Cavalaria N.º 7

**RL2** – Regimento de Lanceiros N.º 2

**RepACAP** – Repartição de Assuntos Cíveis e Ação Psicológica

**RepPop** – Repartição para Assuntos de População

### **T**

**TO** – Teatro de Operações

### **Z**

**ZICC** – Zonas de Intervenção do Comando-Chefe



## **Introdução**

A instabilidade na Guiné-Bissau surgiu em finais de 1950, quando Portugal se depara com diversos movimentos de grupos nacionais contrários à sua presença. Ao longo do primeiro lustro da década de 50 Portugal foi enfrentando a resistência inimiga, porém, em 1956, nasce o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral, que se viria a constituir como o principal adversário de Portugal. Neste contexto, caso Portugal não conseguisse a manutenção da Guiné como colónia, temia-se, do ponto de vista estratégico, o efeito de contágio aos outros dois territórios ultramarinos, Angola e Moçambique, o que colocaria assim um ponto final à sua dimensão colonial.

Portugal teve, na altura, de enfrentar um clima de subversão, completamente distinto dos conflitos clássicos frequentes até à data, em que o inimigo conhecia perfeitamente o ambiente operacional e se “misturava” na população, deslocando-se livremente através das regiões fronteiriças com os países vizinhos, o Senegal e a Guiné Conacri, e que recorria a emboscadas e ao uso de minas como forma de combater. O PAIGC, inicialmente um movimento pacífico, teve a sua primeira ação de cariz ofensivo em 1963, ao atacar o Quartel Português de Tite.

Em 20 de maio de 1968 Spínola foi nomeado como Comandante-chefe das forças Armadas e Governador-geral da Guiné. Com esta nomeação, e pela primeira vez durante a Guerra de África, ficou centrado no mesmo indivíduo o poder político e militar. Com a sua chegada ao Teatro de Operações (TO) da Guiné foi implementado um conjunto de medidas a nível militar e político, que visavam alterar o rumo do conflito. As medidas implementadas procuraram trazer uma nova abordagem na forma de lidar com o conflito, em particular, e com a Guerra Colonial, em geral. O período durante o qual o Marechal Spínola desempenhou as funções de Comandante-chefe das forças Armadas e Governador-geral da Guiné ficou marcado de forma indelével pela sua visão do conflito e a pela sua abordagem carismática.

No âmbito dos Trabalhos de Investigação de Grupo a serem desenvolvidos durante o Curso de Promoção a Oficial Superior – Exército, foi identificado um conjunto de dez temas para investigação, que procuram caracterizar o conflito no TO da Guiné-Bissau, que ocorreu entre 1963 e 1974.

O tema proposto pela Unidade Curricular tem como centro de gravidade a pessoa do Marechal Spínola, na qualidade de Comandante-Chefe das Forças Armadas e Governador,





enquanto caso de estudo (“*case study*”) da Campanha Militar no TO da Guiné-Bissau. Com efeito, para uma cabal compreensão do conflito no TO Guiné-Bissau é fundamental analisar o papel do Marechal Spínola no que concerne à sua atuação nas diferentes funções desempenhadas entre 1968 e 1973, focando a influência que este teve no TO em estudo.

O presente trabalho tem como objetivo da investigação “a atuação do Marechal Spínola no Teatro de Operações da Guiné-Bissau, entre 1968 e 1973, enquanto Comandante-Chefe das Forças Armadas e Governador Geral da Guiné-Bissau”.

Para alcançar o objetivo da investigação anteriormente definido, procurou-se responder à seguinte Questão Central (QC): “Em que medida a forma de atuação do Marechal Spínola, enquanto Comandante-Chefe das Forças Armadas e Governador-geral da Guiné-Bissau, através das medidas adotadas, influenciou o TO da Guiné-Bissau”. Desenvolveram-se então, a partir da QC, as três Questões Derivadas (QD) seguintes:

QD N.º 1: “Qual a visão do Marechal Spínola sobre o Teatro de Operações da Guiné-Bissau?”;

QD N.º 2: “Quais as medidas Políticas e Militares implementadas?”;

QD N.º 3: “Qual o impacto das medidas implementadas no Teatro de Operações da Guiné-Bissau?”.

Tendo em consideração os objetivos anteriormente mencionados, retirou-se a maior informação possível das fontes primárias e secundárias disponíveis, apoiando a pesquisa de informação em documentação bibliográfica publicada oficialmente, documentos relativos a operações e entrevistas. O intuito da investigação foi proceder à recolha de dados necessários que permitissem realizar uma análise da forma de atuação do Marechal Spínola.

A estratégia definida para a investigação assentou essencialmente numa abordagem metodológica de índole qualitativa, sendo que o desenho de pesquisa utilizado foi o de um estudo de caso. Assim, numa primeira fase, a recolha de informação incidiu num esforço de pesquisa bibliográfica e documental e, numa segunda fase, recorremos à condução de duas entrevistas. Os tipos de entrevistas utilizados foram a entrevista estruturada e a entrevista não estruturada, procurando obter dados para complementar ou confirmar a informação obtida na primeira fase, e consequentemente, dar resposta às QD. Foram entrevistados o Sr. Coronel de Artilharia na Reserva Oteló Saraiva de Carvalho, pela experiência que teve, na primeira pessoa, com o Marechal Spínola no TO da Guiné, e o Sr. Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, por ter estudado, de uma forma profunda, todo o contexto e a ação do Marechal Spínola no TO da Guiné.



Conforme o índice apresentado, o trabalho encontra-se organizado e estruturado com uma introdução, seguido de três capítulos e uma conclusão. De acordo com a organização referida, no primeiro capítulo é apresentado o Marechal António de Spínola, onde é salientada a sua visão da Guiné-Bissau. Seguidamente, no segundo capítulo é descrita, de uma forma geral, a situação Militar e Política existente na Guiné-Bissau em 1968, aquando do início de exercício de funções do Marechal Spínola. No terceiro capítulo são analisadas as medidas implementadas pelo Marechal Spínola na Guiné-Bissau, bem como, o impacto das mesmas. O estudo termina com a apresentação das Conclusões.



## **1. O Marechal António de Spínola**

### **1.1. O homem e o militar**

Sem tradição militar na família, e com apenas dez anos de idade, António de Spínola ingressa no Colégio Militar (CM). Faz um percurso “regular e sem grande brilhantismo”, do qual sobressaem algumas atitudes de indisciplina e desafio perante os seus superiores. Quando termina o curso é referido na sua caderneta que “Sabendo aceitar os conselhos (...) tornou-se um cadete altamente disciplinador (...). Desempenhou os serviços com dedicação e de maneira a só merecer elogios. Enérgico, brioso e professando um grande culto pelos princípios de boa camaradagem” (Rezola, 2002, p. 18). Como o próprio refere [sobre o CM] “esta é uma escola ímpar de formação para a vida (...) onde me orgulho de ter temperado o meu carácter”<sup>1</sup>.

Após terminar o CM, em 1928, António de Spínola decide seguir a vida militar. Aos dezoito anos de idade é promovido ao posto de primeiro-sargento cadete, sendo colocado no Regimento de Cavalaria N.º 4 (RC4) em Santarém (Rodrigues, 2010, p. 31). Dois anos mais tarde ingressa na Escola Militar (EM) na arma de cavalaria (Rezola, 2002, p. 18), que o próprio descreveu mais tarde como “uma Arma que sempre se caracterizou pelo desassombro e pela coragem física e moral” (1979, p. 134).

Entre 1933 e 1939, esteve colocado no Regimento de Cavalaria N.º 7 (RC7), inicialmente como Alferes, sendo promovido a Tenente quatro anos mais tarde (Rodrigues, 2010, p. 40). Durante este período evidenciou-se pelo “entusiasmo” demonstrado, e pelas sucessivas provas de determinação e sentido de dever (Rezola, 2002, p. 27). Este período termina com a nomeação do sogro para o cargo de Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo escolhido por este para seu ajudante de campo, cargo que vai ocupar até 1943 (Rodrigues, 2010, p. 90), e que o vai ajudar a compreender que “é a competência do chefe que cria a confiança dos subordinados” (Spínola, 1940, p. 185). Dois anos mais tarde, participa numa missão de estudo do Exército Português à Alemanha, que previa a visita à Escola de Carros Combate do Exército Alemão, à Escola de Equitação e à frente germano-russa em Leninegrado (Rezola, 2002, p. 55), e que se constituiu num marco importante na sua formação, uma vez que, como o próprio afirma “no plano militar colhi ensinamentos que me foram úteis na guerra do ultramar. No plano político permitiram-me

---

<sup>1</sup> António de Spínola em entrevista à Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar em 1986 (Rezola, 2002, p.15).



refletir sobre o papel das grandes potências na condução dos negócios do mundo” (Spínola, 1994, p. 26).

Colocado no Regimento de Lanceiros N.º 2 (RL2) após a morte do sogro, e depois de onze anos como subalterno, é promovido ao posto de Capitão em 1944, desempenhando funções de comando em vários esquadrões do Exército e da GNR (Rezola, 2002, p. 44).

Em 1955, ano de promoção a Major, entra para o pelouro do pessoal na administração da Siderurgia Nacional, mantendo-se em funções durante quase uma década acumulando com as que detinha a nível militar (Rezola, 2002, p. 34).

O ano de 1961 marca o início da Guerra de África e, de forma indelével, a vida e a carreira de António de Spínola. Com cinquenta e um anos de idade, o posto de Tenente-coronel, e colocação no RL2, decide oferecer-se como voluntário para a guerra (Rodrigues, 2010, p.57). De acordo com as palavras do próprio, “em termos militares (...) foi a partir de dezembro de 1961 que me realizei profissionalmente” (Rezola, 2002, p. 57). É então que recebe o comando do Grupo de Cavalaria 345 (GCav 345), com um total de 600 militares (Rodrigues, 2010, p. 59). para limpar uma das áreas com forte ação do inimigo na zona de Bessa Monteiro, no norte de Angola (Rezola, 2002, p. 57). As suas ações e postura criavam uma imagem carismática e um ambiente de enorme respeito para com António de Spínola (Rezola, 2002, p. 58). Este período, passado em África, permitiu-lhe alcançar enorme prestígio em Portugal, mas despertou em Spínola uma consciência política e a perceção que um conflito com aquelas características não tem uma solução militar (Rezola, 2002, p. 216).

Três anos após o seu regresso, e já com o posto de Brigadeiro, assume a função de segundo-comandante da GNR. No entanto, em maio de 1968, recebe o convite de António de Oliveira Salazar, para desempenhar as funções de Governador-Geral e de Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Tendo aceitado prontamente o convite, porque “não era possível a qualquer português verdadeiramente português negar a sua contribuição à pátria na presente conjuntura da vida nacional em especial na fase crítica da guerra na Guiné” (Spínola, 1968), solicita uma reunião com o Presidente do Conselho, que vem a acontecer nesse mesmo mês (Rodrigues, 2010, p. 83), onde apresenta as suas já claras intenções e a sua forma de implementar uma política para vencer a guerra (Pires, 2014, p. 198).



## **1.2. A visão para a Guiné-Bissau**

A marca distintiva de Spínola foi «pensar como o inimigo, sem ficar como ele», tendo ido mais longe do que qualquer outro político ou militar na busca da “compreensão das razões de quem estava do outro lado” (Afonso e Gomes, 2000, p. 482). Spínola entendia o sucesso militar no TO da Guiné como de crucial importância, sendo um ponto-chave na estratégia nacional, uma vez que o conjunto Guiné-Bissau e Cabo Verde, para além de se constituir como um “ponto de apoio de comunicações” para os outros teatros e de domínio do Atlântico, teria repercussões positivas a nível psicológico e da moral das tropas nos outros territórios ultramarinos<sup>2</sup>.

Na reunião com Oliveira Salazar, a 02 de maio de 1968, Spínola apresentou um documento intitulado “Alguns Aspetos que Condicionam a Solução da Presente Situação na Guiné”<sup>3</sup> e apresentou-lhe o seu plano de atuação na Guiné: “(...) era uma guerra pela conquista das populações e essa conquista teria de ser feita tanto no plano militar mas, sobretudo, no plano económico e social, através do desenvolvimento de programas que garantissem o seu progresso e bem-estar e que fizessem diminuir os fatores de subversão” (Bernardo, 1996, p. 236), “Às Forças Armadas apenas deveria competir garantir o espaço e tempo necessário para que este processo se realizasse” (Rodrigues, 2010, p. 90).

Spínola considerava que, na guerra da Guiné, a dimensão militar não era a mais importante, mas que, no entanto, tinha um papel fundamental. Portanto, a guerra não poderia ser ganha pela força das armas: “(...) aspetos de fundo de um plano geral de contrassubversão não se projeta [...] no campo da missão das Forças Armadas, mas sim no campo do desenvolvimento económico e da promoção social das populações.” Era necessário promover o desenvolvimento do território e demonstrar às populações que “as promessas de uma vida melhor, propaladas pela propaganda inimiga se enquadravam no nosso plano de ação, já como realidades inequívocas ou concretizáveis a curto prazo.” A dimensão militar era indissociável das restantes perspetivas, pelo que “[...], surge como condição *sine qua non* que as Forças Armadas reduzam a ameaça inimiga, numa evidente demonstração de força suscetível de as prestigiar perante as populações.”<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> António de Spínola, Notas para uma conversa com o Senhor Presidente do Conselho, maio de 1968.

<sup>3</sup> Apontamento de António de Spínola in AOS/CP-261, pasta 7261-5, maio de 1968. O conjunto de condições que Spínola colocava à partida para aceitar o seu novo cargo era já do conhecimento do ministro do ultramar, Silva Cunha.

<sup>4</sup> António de Spínola, “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução”, outubro de 1968.



Conquistar as populações foi o objetivo principal de Spínola. Ele concebia o inimigo como um dos «dois partidos em presença» e como o elemento essencial da sua manobra «O terreno vale pela população que nele está implantada» (Afonso e Gomes, 2000, p. 482). “Acumulando os cargos de Governador e Comandante-Chefe, sem que ambos pudessem ser dissociados, conjugou a manobra militar com a psicossocial, mas subordinando aquela aos objetivos políticos de conquista da população” (Afonso e Gomes, 2000, p. 482). A primeira visava satisfazer os legítimos anseios da população, enquanto a segunda visava garantir tempo e espaço para a consecução dos objetivos da manobra económico-social.

Spínola acreditava que “em boa parte as injustiças e violências praticadas ao longo da História justificavam a revolta das populações africanas contra os Europeus” (Afonso e Gomes, 2000, p. 149). Em abril de 1970<sup>5</sup>, Spínola afirma que embora “aparentemente política” a guerra é “eminentemente psicológica e explora dois conflitos”, o conflito social e o conflito tribal. O primeiro, decorrente das expectativas goradas em relação aos padrões de vida, e o segundo, da “política indígena”, completamente desadequada face à realidade da época (Afonso e Gomes, 2000, p. 149).

De acordo com os autores de “A Descolonização Portuguesa – Aproximação a um Estudo” (1979, p. 96), Spínola considerava que a unidade nacional só poderia ser obtida conjugando: a perceção das partes dos benefícios e “oportunidades que, separadas, não gozariam”, a atribuição de responsabilidades repartidas na “construção de um bem-estar comum, através da adequada representatividade”, a valorização das partes e a criação de um sentimento de pertença e utilidade, e a participação “ativa e solidária em clima de elevado civismo.”

O conceito de Spínola assentava na conjugação da manobra militar e da política de desenvolvimento e ação psicossocial na Guiné, a fim de criar, nos ciclos de poder, uma situação vantajosa para negociar uma solução política da guerra. A sua manobra era baseada na doutrina nacional de guerra subversiva<sup>6</sup>, num processo de africanização e criação da “Força Africana”<sup>7</sup>, bem como no estabelecimento de pontes com o PAIGC (Golias, 2016, p. 14).

---

<sup>5</sup> Diretiva “Relações com a população” de 17 de abril de 1970.

<sup>6</sup> EME, 1963, *O Exército na Guerra Subversiva*, Volume I – Generalidades.

<sup>7</sup> Designa o que, segundo a visão de Spínola, seria o grosso de um futuro exército de uma Guiné integrada num espaço de portugalidade (Golias, 2016, p.20).



Spínola defendia um “Estado plurinacional”, para que aos olhos da comunidade internacional a soberania nacional fosse intocável. Para isso era necessária “uma política global que tornasse as nações membros realmente solidárias, através dos indiscutíveis benefícios que lhes advêm da comunidade em que se mantêm integradas, com base nos princípios da igualdade plena dos vários elementos constitutivos, não podendo ser ignoradas as diferentes realidades sociais, económicas e geográficas que conferem a cada território características específicas”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> António de Spínola “Algumas Ideias Sobre a Estruturação Política da Nação” de outubro de 1970, enviado para Marcello Caetano, a pedido deste, como contributo para a revisão constitucional que se estava a preparar (Moura, 2012, p.86).



## **2. Situação militar e política na Guiné em 1968**

A 26 de junho de 1968, sensivelmente um mês depois da sua chegada e cinco anos após o início do conflito naquele território, Spínola escreve ao Presidente do Conselho, afirmando que “os danos são mais profundos do que suponha e os reflexos locais dos erros humanos são mais graves do que pensava” (Rodrigues, 2010, p. 91). Para compreender a sua atuação é importante identificar alguns dos fatores que marcavam a realidade da Guiné-Bissau à data.

De acordo com a Comissão para Estudos das Campanhas de África<sup>9</sup>, o TO da Guiné tinha algumas características próprias, distinguindo-se, de uma genérica, as que criavam dificuldades às nossas tropas e favoreciam o combate de guerrilha e as que favoreciam as nossas tropas. Em relação primeiras, destaca-se “a grande densidade populacional e fraca estrutura administrativa enquadrante e grande variedade de grupos étnicos, e o território pequeno e extensa fronteira terrestre, que permitiam rápidas incursões e a fuga para países vizinhos.”. Relativamente às segundas, as que até apoiavam as nossas tropas, destaca-se “a ausência de ódios raciais e fácil convivência entre portugueses e os nativos, e o reconhecimento por parte destes do esforço que era desenvolvido para melhorar as suas condições de vida.”

Em termos militares, e até 1968, fruto das características não convencionais do conflito, existiu “a necessidade de dispor de um primeiro conjunto de forças dispersas por todo o território, destinadas a guarnecê-lo, a estabelecer e manter o contacto com a população – as forças de quadrícula”, fixas e permanentes (Afonso e Gomes, 2010, p. 148). Estas forças, com grandes limitações em termos de efetivos, organizavam-se segundo o designado sistema de operações e missões de quadrícula (Policarpo, 2010, pp. 61-62). A sua ação resumia-se a suportar os embates hostis, a distribuir novas Unidades e a atribuir missões de patrulhamento e vigilância, sem conferir, contudo, meios mínimos para a recolha de informação e o aliciamento da população” (Policarpo, 2010, p. 60), ou, como consideraram Afonso e Gomes (2000, p. 102) e Rodrigues (2010, p. 95) “uma guerra defensiva (...) inclinada para a manutenção no terreno, limitando-se (...) a reagir às ações do PAIGC”.

---

<sup>9</sup> Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 1 - Enquadramento Geral*. Lisboa: EME.





Com o apoio de Dacar e da Guiné Conacri, o PAIGC constituía-se, em 1968, como a principal força opositora<sup>10</sup> (Garcia, 2000, p. 101), sendo evidente a articulação entre as ações políticas e militares que desenvolviam (Afonso e Gomes, 2000, p. 158). Externamente, os apoios recebidos garantiram “auxílio político e material, promoção de reuniões, conferências e encontros, patrocínio na impressão de artigos, publicações periódicas” (Garcia, 2000, p. 113). Com uma estrutura militar flexível e grande poder de fogo, estavam mais adaptados às características do conflito e organizados em comandos de frente (Vaz, 2003, p. 16).

Em relação às estruturas políticas e administrativas, a Guiné tinha um governo simples e estava dividida em nove concelhos e três circunscrições. Bissau era o centro económico da província, e lá estavam concentradas a sede do Governo, os comandos militares, os estabelecimentos de ensino, o porto e o aeroporto (Afonso e Gomes, 2000, pp. 90-92).

Em 1964, face ao agravamento da situação, é determinada a substituição do Governador da Província e do Comandante-Chefe, e nomeado o Brigadeiro Arnaldo Schultz, que passa a concentrar as duas funções (Policarpo, 2010, p. 57).

---

<sup>10</sup> Os outros dois movimentos com maior significado seriam a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG).



### **3. Medidas Implementadas na Guiné após 1968**

#### **3.1. Reorganização das Forças Armadas**

“O meu primeiro objetivo foi reduzir drasticamente a capacidade militar do PAIGC, fazendo pender a balança da guerra a nosso favor”<sup>11</sup>. Em outubro de 1968, pouco tempo após a sua chegada à Guiné, é elaborado e enviado para a Metrópole um documento<sup>12</sup> onde são identificadas as principais necessidades e é solicitada autorização para adoção de algumas medidas. De acordo com Afonso e Gomes (2000, p. 486), a manobra militar de Spínola foi desenvolvida segundo três vetores, designadamente: eliminar os eixos de reabastecimento e apoio aos guerrilheiros “cortando os «corredores» que vinham de países vizinhos”; “subtrair ao controlo do PAIGC as populações”, movimentando-as para áreas sob controlo das nossas forças, garantindo melhores condições de vida; “atacar a guerrilha nas suas zonas libertadas”, recorrendo à aviação, à artilharia e a forças de intervenção. Tendo por base os três vetores supramencionados, foram assim adotadas várias medidas, que materializaram a sua manobra militar, das quais se destacam as de seguida apresentadas e analisadas.

Em primeiro lugar destaca-se a criação de “um verdadeiro Comando Operacional Único, com capacidade de acionar as forças terrestres, navais e aéreas à sua disposição”<sup>13</sup>. Esta reorganização da estrutura militar iria permitir melhorar a coordenação de toda a atividade operacional, visto que “a legislação em vigor, não permitia que o comandante-chefe dispusesse de autoridade para coordenar operações militares conjuntas e dirigir, de forma centralizada, todos os recursos disponíveis” (Rodrigues, 2010, p. 102). “Os comandos dos Ramos, especialmente o do Exército, foram praticamente reduzidos a aspetos logísticos” (Afonso e Gomes, 2000, p. 487).

Um dos fatores, considerado por alguns autores único e catalisador da sua ação, foi a escolha da sua própria equipa (Pires, 2014, pp. 197-200). Ainda na Metrópole e depois na Guiné, ele procurou rodear-se dos homens que eram da sua confiança, dispensando os militares e os civis cuja conduta não estava alinhada com a sua (Rodrigues, 2010, p. 100). Carlos Fabião, no seminário da Fundação Gulbenkian – “25 de abril 10 anos Depois”, relata a entrada de Spínola como “(...) fulgurante e espetacular, com altos comandos militares e

---

<sup>11</sup> Entrevista a António de Spínola pela Revista Expresso. 30 de abril de 1994, p. 20.

<sup>12</sup> António de Spínola, “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução” outubro de 1968.

<sup>13</sup> António de Spínola, “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução” outubro de 1968.



civis «despedidos» para a Metrópole.” O escritor Jorge Golias considera que “talvez nunca se tenham reunido tantos Oficiais, dos três Ramos das Forças Armadas, da mais alta craveira militar como no TO da Guiné. O prestígio do General Spínola era de tal ordem que quando foi nomeado para a Guiné, cuja situação era a mais difícil, levou com ele quem quis, ou quase. Essa entourage ficou conhecida pelos spinolistas<sup>14</sup>, e aos militares juntaram-se também quadros civis (...)”.

A alteração do dispositivo das forças terrestres e o estabelecimento de Comandos de Agrupamento Operacional (CAOP) e de Comandos Operacionais (COP), materializou a adoção de um conceito de centralização, contrário ao que até à data acontecia<sup>15</sup>. Nas regiões com escassa população, as guarnições foram abandonadas, com o objetivo de concentrar meios humanos e materiais em pontos considerados importantes, a fim de “cortar eixos dos reabastecimentos do inimigo, subtrair-lhe a população e as áreas economicamente mais ricas (...)” (Antunes, 1995, p. 348). Quanto aos CAOP e COP, de organização variável e transitória, a sua finalidade era melhorar o controlo e operacionalidade das forças, mantendo-as nas suas quadrículas. Os primeiros correspondiam aos sectores, e os segundos às zonas de ação dos batalhões, distinguindo-se por: “estarem situados em áreas críticas, por disporem de uma estrutura de comando mais leve e flexível, e poderem assumir responsabilidades territoriais controlando quer as unidades de quadrícula quer as de intervenção” (Afonso e Gomes, 2000, p. 483).

Ainda neste contexto, foram criadas as Zonas de Intervenção do Comando-Chefe (ZICC), que congregava as áreas libertadas, até à data à responsabilidade das Unidades (Golias, 2016, p. 83). Estas áreas de grande influência do PAIGC, passaram a ser operadas apenas por unidades de forças especiais com o apoio da Artilharia e da Força Aérea (Lousada, Escorrega, e Menezes, 2011, p. 227), unidades que realizavam operações de curta duração e grande violência, sob o comando direto de Spínola, destinadas a destruir forças inimigas e a demonstrar a superioridade militar às populações (Afonso e Gomes, 2000, p. 485). Para além dos aspetos referidos, promoveu-se a reorganização das unidades, dando primazia a pequenas unidades de escalão pelotão ou companhia, “muito mais móveis do que um batalhão e assim, capazes de concentrar o seu poder de fogo no inimigo com maior

---

<sup>14</sup> “Esse núcleo teve origem no Batalhão 345, que Spínola comandou em Angola, e a ele se foram progressivamente juntando outros.” (Afonso e Gomes, 2000, p. 489).

<sup>15</sup> Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 3 - Dispositivo das Nossas Forças – Guiné*. Lisboa: EME.



eficácia do que as unidades maiores e mais pesadas, dadas as limitações do terreno de combate” (Cann, 1998, p. 113).

Spínola criou também a Repartição de Assuntos Cíveis e Ação Psicológica (RepACAP) e a Repartição para Assuntos de População (RepPop) no estado-maior do seu quartel-general, fugindo à organização clássica, colocando a chefia-las Oficiais da sua confiança. A primeira tinha como principais tarefas: “desenvolver e implementar uma estação de rádio, com emissões em português e línguas nativas<sup>16</sup>, e o jornal A Voz da Guiné” e como objetivos, entre outros, difundir notícias “sobre si [Spínola] e sobre a Guiné, no país e no estrangeiro, visando credibilizar a sua solução e ganhar espaço de manobra” (Afonso e Gomes, 2000, p. 483). A segunda, a RepPop, promoveu os programas de construção de infraestruturas básicas e o melhoramento das povoações (Afonso e Gomes, 2000, p. 490). Spínola promoveu ainda a integração de elementos da Direção Geral de Segurança (DGS) no seu Estado-Maior (Afonso e Gomes, 2000, p. 490).

Na área da instrução, Spínola procurou melhorar a instrução das Forças Armadas. Dado o défice de instrução que se verificava, foram dadas instruções no sentido de aproveitar os intervalos da atividade operacional, para melhorar a instrução individual e coletiva dos combatentes<sup>17</sup>. Salienta-se o desenvolvimento de um centro de treino para militares envolvidos em operações, onde a formação ministrada se designava Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO). O objetivo era, fazendo face ao sistema de rendições e rotações existente à altura no TO, garantir a continuidade operacional das unidades (Spínola, 1973, p. 303). Segundo John Cann, a IAO foi de grande importância pois para além de permitir que a rendição das unidades fosse efetuada de forma progressiva, permitia a adaptação física, psíquica e operacional dos militares e a sua familiarização a um povo, cultura e geografia de teatro.

Em termos operacionais<sup>18</sup>, destaca-se o incremento do uso de helicópteros, uma maior relevância do papel da Marinha e a redefinição da tipologia de ações a desenvolver pelas FFAA. Assim, no que concerne aos helicópteros, estes deveriam ser utilizados não só para a evacuação de feridos, mas como método mais eficiente de movimentar tropas naquele

---

<sup>16</sup> Programa de Informação das Forças Armadas (PIFAS), que emitia em português, crioulo e nas línguas dos grupos étnicos. Este programa tinha como público-alvo as forças armadas portuguesas, a população, e o inimigo (Afonso e Gomes, 2000, p.490).

<sup>17</sup> Diretiva N.º 47/69. Melhoria da Instrução», do Comandante-Chefe da Guiné, 16 de junho de 1968.

<sup>18</sup> «Diretiva N.º 46/69. Reajustamento de Conceitos, Processos e Métodos de Ação», 17 de junho de 1969, AHM, 2ª Div., 4ª Secção, caixa N.º 226, n.º2.



território, devendo a sua utilização ser conjugada com tropas comandos e pára-quedistas, no lançamento de ataques a bases do PAIGC. Em relação ao papel da Marinha, a sua ação passa a ter especial incidência no policiamento do tráfego fluvial, a fim de controlar os fluxos de abastecimento e o transporte de pessoal do PAIGC. No âmbito operacional é ainda fundamental referir a manobra desenvolvida para a conquista de toda a população de Manjaca<sup>19</sup>. O esforço da manobra deveria então concentrar-se inicialmente na área considerada fulcral na luta contra a subversão, denominada “Chão de Manjaco”<sup>20</sup>, uma vez que teria maior probabilidade de sucesso caso fosse inicialmente implementado numa área restrita, para depois passar a outras regiões.

Outro aspeto fundamental da ação militar do General Spínola, foi o alargamento do processo de recrutamento de africanos para as Forças Armadas da Guiné. Este processo permitiu duplicar os efetivos recrutados localmente entre 1968 e 1973<sup>21</sup>, e obter duas vantagens significativas: resolvia a situação da falta de efetivos com soldados africanos, que naturalmente tinham maior facilidade de adaptação ao terreno e mais facilmente recolhiam informação junto das populações, e reduzia os custos e tempo associados ao transporte e treino (Spínola, 1973, p. 250). De realçar, neste contexto, o papel da Força de Comandos Africanos. Oriundos do recrutamento local, estes militares deram origem ao Batalhão de Comandos Africano, tendo sido empregues fora das fronteiras da Guiné. Estas forças indígenas poderiam vir a constituir-se como o “embrião de futuras Forças Armadas da Guiné independente, mas integradas no espaço português” (Afonso e Gomes, 2000, p. 204).

No que diz respeito à comunicação e informação, foi implementada a Emissora Oficial da Guiné, procedeu-se à reorganização da estrutura de transmissões na Guiné e ao incremento dos meios de transmissões e das atividades de apoio de som. Ficou à responsabilidade da RepACAP gerir os meios de radiodifusão no âmbito da política «Por uma Guiné Melhor» promovida por Spínola. A reorganização da estrutura de transmissões visou acompanhar aquela que foi desenvolvida para as unidades de manobra. Foi criado um Centro Escuta, que elaborava relatórios bidiários ao Comandante-Chefe com informações consideradas relevantes e relatos dos noticiários. Salienta-se ainda o facto de Spínola, nas suas deslocações, se fazer acompanhar sempre de uma equipa de apoio de som, e a

---

<sup>19</sup> «Diretiva N.º 65/69. Manobra socioeconómica. Esforço no Chão de Manjaco», 13 de agosto de 1969, AHM, 2ª Div., 4ª Secção, caixa N.º 226, N.º 2.

<sup>20</sup> Nome dado à região no Noroeste da Guiné onde a população é maioritariamente de etnia manjaco. Esta era considerada uma “área fulcral da luta contra a subversão” (Diretiva N.º 65/69 de 13 de agosto de 1969).

<sup>21</sup> Números citados por João Coelho, «African Troops in the Portuguese Colonial Army», p. 121.



preocupação permanente da estrutura militar com as “instalações e funcionamento das Transmissões das unidades de quadricula.”<sup>22</sup>

Ainda de âmbito militar, mas pelo seu significado político, devem ser referenciados três momentos fundamentais da ação do General Spínola. São eles: a “Operação Mar Verde”, a pausa operacional efetuada na sequência das negociações com o PAIGC, e, já em 1972, a “Operação Cantanhez”.

Em junho de 1969, Spínola dá indicações para que comecem a ser previstas, no planeamento militar, ações fora das fronteiras da Guiné-Bissau, com especial incidência no Senegal e na Guiné-Conacri, uma vez que o Senegal “apoiava de uma forma discreta o PAIGC” e, o segundo, “era o santuário da guerrilha”, ponto de receção dos apoios externos e de localização de alguns dos principais equipamentos do PAIGC (Castro, 2012, p. 81). Neste contexto, em setembro de 1969, dá-se início à preparação de uma operação na Guiné-Conacri, durante a qual o movimento Front de Libération National Guinéen (FNLG)<sup>23</sup> solicitou apoio para derrubar Sékou Touré<sup>24</sup>, presidente da Guiné-Conacri. (Cann, 2009, p. 289). É assim que, no início de 1970, e após obtenção da autorização de Marcello Caetano, é lançada a “Operação Mar Verde”, que visava o ataque à capital da Guiné-Conacri, país que, como referido anteriormente, servia de santuário aos rebeldes do PAIGC.

Em abril de 1970 as nossas forças no terreno adotaram uma postura essencialmente defensiva, aguardando desenvolvimentos das negociações que decorriam com o PAIGC. No entanto, a 27 de abril do mesmo ano, e na sequência do assassinato dos representantes do CAOP, é considerado “conveniente recativar o esforço militar na área, em ordem a impedir, a todo o custo, a anulação de objetivos psicológicos antigos”<sup>25</sup> e pretende-se “a continuação da captação e consolidação da adesão das populações à causa portuguesa.”<sup>26</sup>

Em finais de 1972 foi lançada uma ofensiva na região Sul do território, a “Operação Cantanhez”, que tinha como objetivo colocar forças portuguesas em Cadique e Jemberem e fazer face a uma possível queda das guarnições de Guilege, Gadamael e Cacine (no Sul, junto à fronteira com Guiné-Conacri) (Afonso e Gomes, 2000, 489). Segundo Golias (2016, p. 73) esta ação “constitui um esforço de guerra que se sentia em todas as áreas operacionais

---

<sup>22</sup> Revista Militar N.º 2513/2514 - junho/julho de 2011, Comissão da História das Transmissões “As Transmissões Militares na Guerra Colonial” (Artigo N.º 676), consultado em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/676>, em 14 de abril de 2017.

<sup>23</sup> Constituído maioritariamente por exilados do Senegal (Cann, 2009, p.289).

<sup>24</sup> Primeiro presidente da Guiné-Conacri após obtenção da independência da França (André Lewin, 2009).

<sup>25</sup> Diretiva N.º 10/70 de 27 de abril de 1970 do Comando-Chefe (Rodrigues, 2010, p. 138).

<sup>26</sup> Diretiva N.º 11/70 de 30 de abril de 1970 do Comando-Chefe (Garcia, 2000, p. 212).



e logísticas, e que foi talvez a última tentativa de Spínola ganhar vantagens no terreno sobre o PAIGC.” Acima de tudo, a intenção da operação passava por manter a imagem das forças portuguesas, o prestígio do general e por afastar o fantasma da derrota militar (Afonso e Gomes, 2000, p. 489).

### 3.2. Reorganização do sistema político

“Nesta área o General Spínola vai procurar desenvolver as áreas social, económica e cultural das populações, na tentativa de fazer ascender todos os grupos étnicos, paralela e simultaneamente numa mesma direção” (Golias, 2016, p. 83).

A peça fundamental da estratégia política de Spínola era o programa de desenvolvimento económico e social da colónia, que tinha o *slogan* “Por Uma Guiné Melhor.”<sup>27</sup> Para o efeito, e de acordo com Spínola (1970, p. 41-44) foi fundamental o apoio financeiro solicitado ao Governo central a fim de desenvolver as infraestruturas de comunicações (a rede rodoviária e portos no interior) e desenvolver a integração das economias de província com impacto na promoção social das populações, através da melhoria do seu nível de vida, da educação e da assistência sanitária. Neste âmbito foram ainda implementadas as seguintes medidas: construção de cerca de oito mil cabanas e a instalação em diversos aldeamentos de poços de água, escolas e postos médicos (Cann, 1988, p. 207). Tendo a população como principal objeto da sua manobra, desde cedo difunde indicações para se desenvolver “a guerra com inteligência e sem ódio, sendo profundamente humano e justo” (Spínola *apud* Afonso e Gomes, 2000, p. 483), e estabelece normas<sup>28</sup> sobre a “nova” forma de relacionamento com a população: “é preferível não obter declarações úteis, a obtê-las por métodos que (...) anulem e destruam a confiança que conseguimos inspirar nas populações” (Spínola *apud* Afonso e Gomes, 2000, pp. 483 e 484). Assim, deveria ser “evitado qualquer ato de violência injustificado contra a população autóctone”<sup>29</sup> e todos os comandos deveriam “orientar as suas ações junto da população de forma a gerar um clima psicológico novo onde não haja lugar para ressentimentos nem para complexos de culpa.”<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Diretiva N.º 360/68 “Campanha Psicológica de Recuperação” de 17 de dezembro de 1968, AHM 2.ªDiv, 4.ªSecção, caixa 226 N.º1.

<sup>28</sup> Diretiva «Apresentação de População e Elementos do IN» e «Tratamento de Capturados».

<sup>29</sup> Diretiva N.º 360/68 “Campanha Psicológica de Recuperação” de 17 de dezembro de 1968, AHM, 2.ªDiv, 4.ªSecção, caixa n.º226 N.º1.

<sup>30</sup> Directiva N.º 44/69 “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné” de 8 de junho de 1969, AHM, 2.ªDiv, 4.ªSecção, caixa n.º226 N.º2.





A implementação dos “Congressos do Povo” foi, segundo Otelio Saraiva de Carvalho (1977, pp. 86-88), o “acontecimento político de maior relevância” ocorrido durante a governação de Spínola. Organizados com base nas diversas etnias, representadas por “estratos dominantes da sociedade tradicional” abrangendo todos os habitantes de um determinado conselho ou circunscrição administrativa, permitiram o diálogo com as populações através dos seus representantes mais legítimos (Carvalho, 1977, pp. 86-88). Os congressos do povo, segundo o próprio Spínola, constituíam-se como elemento fundamental da sua política social para a Guiné e previam a “completa igualdade de todos”, independentemente da “origem de cada um”, o “respeito pelas instituições tradicionais resultantes de culturas”, o desenvolvimento económico “em benefício de todos” e a participação ativa das gentes das Guiné num “grau progressivamente mais elevado na administração dos seus próprios interesses”, procurando, desta forma, a reconciliação sob “a bandeira Verde-Rubra da Fraternidade, da Liberdade e da Paz”.<sup>31</sup> Os “Congressos do Povo” decorriam em duas fases: uma regional (designadas por reuniões) e outra global (designadas por «cimeiras»), esta realizada em Bissau. Das primeiras, realizadas ao nível dos concelhos e circunscrições, saíam as representações<sup>32</sup> para as «cimeiras». Estas realizavam-se com número de presenças fixado anualmente pelo Governador, em função das etnias existentes, que presidia à sessão de plenário de encerramento (Afonso e Gomes, 2000, p.4 92).

O ano de 1970, sensivelmente dois anos após a chegada de Spínola à Guiné, entre outros aspetos é profundamente marcado pelas alterações na forma como se desenvolveram as movimentações políticas do Governador da Guiné-Bissau. O facto de o inimigo contar com o apoio internacional, direto ou indireto, e a possibilidade de este poder contar com infraestruturas e território dos países limítrofes impossibilitaria uma vitória.<sup>33</sup> O Governo da Guiné estabelece assim os primeiros contactos com o PAIGC e os países vizinhos, em busca da solução política do conflito (Rodrigues, 2010, p. 136). Com efeito, no início do ano de 1970 são estabelecidos os primeiros contactos, com o PAIGC, no “Chão Manjaco” (Rodrigues, 2010, p. 136). Para Spínola, esta situação constituía uma oportunidade excecional para afetar de forma decisiva a coesão e o equilíbrio do inimigo, e colocar em marcha “a transformação das forças de guerrilha do PAIGC em Unidades Africanas das

---

<sup>31</sup> Discurso do Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, General Spínola, na sessão plenário de encerramento do 1º Congresso das Etnias da Guiné Portuguesa, em Bissau a 03 de agosto de 1970.

<sup>32</sup> “Constituídas por elementos de todas as etnias proporcionalmente aos quantitativos demográficos”. (Afonso e Gomes, 2000, p.494).

<sup>33</sup> António de Spínola, “Acta da Reunião de Comandos Extraordinária” realizada em 01 de novembro de 1970.





Forças Armadas portuguesas” (Spínola *apud* Garcia, 2000, p. 211). No entanto, a 20 de abril de 1970, dia marcado para a rendição, e quando nada o fazia prever, ocorreu uma emboscada atribuída ao PAIGC, aos representantes do CAOP<sup>34</sup>, que “são chacinados” na região perto de Jolmete” (Monge, 2010, p. 184). Tudo indica que “a direção central do PAIGC decidiu pôr termo aos contactos que os militares portugueses tinham estabelecido com os comandantes locais guineenses, interpretados pela direção do partido como uma manobra de aliciamento, compra e suborno” (Rodrigues, 2010, p. 138).

Ainda na sequência da “Operação Mar Verde”, é aprovada, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma resolução<sup>35</sup> que condena Portugal pela invasão. Esta Operação marca “o aprofundar da agonia militar portuguesa na Guiné (...) e uma chuva negativa de consequências diplomáticas e geostratégicas” (Cann, 2009, p. 303).

Após a tentativa falhada de aproximação direta ao PAIGC, Spínola voltou-se para Leopold Senghor, à data presidente do Senegal, com o intuito de, através dele, chegar a um entendimento com Amílcar Cabral. A 18 de maio de 1972 ocorre o primeiro encontro com Senghor, e surge aquele que veio a ficar conhecido como o “Plano Senghor”, proposto por iniciativa do presidente do Senegal. Estava estruturado em três pontos: i) decreto de um cessar-fogo seguido de negociações sem condições; ii) implementação de um período de autonomia interna na Guiné com limites e prazos a discutir em conferência entre o Governo português e os partidos políticos guineenses; iii) concessão da independência numa perspetiva de integração numa comunidade luso-africana” (Golias, 2016, p. 84). De acordo com Garcia (2000, p.213) Marcello Caetano recusou este plano por considerar que este poderia abrir um precedente. Fruto da intransigência de Marcello Caetano face à solução negociada, Leopold Senghor volta-se para o PAIGC, passando a conceder-lhe liberdade de movimentos e autorização para ocupação de bases na região Sul do Senegal. Este apoio culminou no ataque em maio de 1973 a Guidane (Afonso e Gomes, 2000, p. 488).

Ainda no decurso do ano de 1972, e continuando a haver interesse por parte de Spínola na procura de uma solução negociada para o conflito, o PAIGC “mostra interesse em desenvolver conversações” (Rodrigues, 2010, p. 172). Estes contactos foram-se intensificando e, em outubro desse ano, Spínola recebe a informação que Amílcar Cabral estava na disposição de ir a Bissau conferenciar com Marcello Caetano (Rodrigues, 2010, p. 173). Em resposta o Presidente do Conselho fez saber que “não iria, nem autorizava a

---

<sup>34</sup> Major Passos Ramos, Major Magalhães Osório, Major Pereira da Silva e Alferes Joaquim Mosca.

<sup>35</sup> Resolução 290 do Conselho de Segurança da ONU.



continuação dos contactos, esclarecendo que se fosse apenas um problema da Guiné ainda aceitaria. Mas que os reflexos em Angola e Moçambique eram de tal ordem que ele não podia aceitar” (Bernardo apud Rodrigues, 2010, p. 173).

O ambiente de crispação e distanciamento entre o Governador e Comandante-Chefe da Guiné, Spínola, e Marcello Caetano foi-se acentuando ao longo do ano de 1973. A 26 de maio de 1973 numa carta dirigida ao General Spínola, em sequência de algumas declarações deste ao jornal “República”, Marcello refere que não aceita que “um colaborador político investido em funções de confiança e acumulando as responsabilidades do Governo (...) não acate a orientação que decorre da lei e está nos costumes” e ordena a interrupção definitiva das conversações com Senghor dizendo que “Prefiro um desastre militar na Guiné a negociar seja com quem for” (Carta de Marcello Caetano a António Spínola, 26 de fevereiro de 1973 apud Rodrigues, 2010, p. 176). Essa carta obteve resposta a 6 de março de 1973 e na qual Spínola afirma novamente que “a solução de fundo do nosso problema ultramarino não se situa no campo militar, mas sim no político” (Carta de António Spínola a Marcello Caetano, 06 de março de 1973 apud Rodrigues, 2010, p. 177).

Para Spínola estava perdida “a última oportunidade de se resolver com honra e dignidade o problema da Guiné” (Spínola apud Rodrigues, 2010, p. 174). Esta recusa de Marcello Caetano marca a derrota política da “solução Spínola” (Afonso e Gomes, 2000, p. 487).

### **3.3. Impacto das Alterações Implementadas**

“Na década de setenta, os serviços de ação psicológica e as estruturas militares e civis criadas começaram a dar resultados” (Lopes, 2015, pag.41). Para além deste aspeto, a campanha de ação social desenvolvida estava a produzir os seus efeitos, e começara a provocar algum descontentamento e frustração entre os combatentes do PAIGC (Garcia, 2000, p. 211).

Em 1972, passados quatro anos da sua chegada à Guiné, Spínola considera ter efetuado uma profunda revolução social na Guiné e afetado de forma determinante o PAIGC, uma vez que julga ter afetado os “objetivos de motivação do inimigo e, por essa via, do substrato humano em que a subversão se apoiava (...)” (Spínola, 1973, p. 113)

Relativamente aos efetivos e à sua organização entre 1968 e 1973<sup>36</sup>, verificou-se que, na generalidade, duplicou o número de unidades operacionais, triplicou o número de Grupos

---

<sup>36</sup> Ver apêndice A – Evolução dos Efetivos das Forças Armadas da Guiné.



Especiais, o dispositivo operacional passou a estar concentrado a Norte, Noroeste e Sudeste do território. Em Bissau, entre 1970 e 1971 o recrutamento local foi a principal fonte de efetivos com um aumento significativo quando comparado com anos anteriores, e que o recrutamento oriundo da metrópole sofreu um incremento a partir de 1971.

De acordo com a Ata da Reunião de Comandos<sup>37</sup>, de 15 de maio de 1973, a última presidida por Spínola, realizada três meses antes de deixar definitivamente a Guiné-Bissau, o território estava na sua maioria sob influência do PAIGC e verificara-se um substancial agravamento da situação militar em consequência: do crescente número e intensidades das ações, da posse de meios aéreos, carros de combate, mísseis de defesa aérea e outros novos equipamentos pelo PAIGC, e da presença de unidades combatentes não africanas em ações de combate. Em termos políticos, a população ainda era na sua generalidade favorável às forças portuguesas, não sendo, contudo, fácil manter a situação, fruto da dificuldade sentida em continuar o desenvolvimento económico, e em garantir a proteção e segurança pelas forças militares. Ao nível externo foi identificada a crescente pressão para uma intervenção militar na Guiné pela Organização da Unidade Africana (OUA), com o apoio do presidente da Guiné-Conacri, mas ainda sem o apoio de Senghor.

Até 1972, a manobra geral adotada por Spínola, entre sucessos e fracassos, permitiu alcançar os objetivos definidos. Nesse mesmo ano, a perda da supremacia aérea<sup>38</sup> e o desencadear dos ataques em força pelo PAIGC às guarnições de Guidage (Norte da Guiné) e Guilege (Sul da Guiné), materializam no terreno a derrota da «solução Spínola» (Afonso e Gomes, 2000, 487 e 488). Cinco anos depois da sua chegada, e apesar do sucesso alcançado em algumas áreas, a situação militar no terreno era de tal forma gravosa que colocava em causa a solução adotada (Golias, 2016, p. 14).

George Andrews, da embaixada dos EUA em Dakar, em janeiro de 1969<sup>39</sup>, salienta alguns aspetos que mudaram com a chegada de Spínola à Guiné. A atitude e o “vigoroso comando” de António de Spínola na Guiné impressionaram pela forma como quebrou com algum conformismo e passividade existente, e, ao nível operacional, as operações de busca e destruição com recurso a tropas especiais e helicópteros, e a presença assídua do próprio

---

<sup>37</sup> Ver Anexo A – Extrato do anexo “A” à Acta da Reunião de Comandos de 15 de Maio de 1973 – Análise da Situação do Inimigo

<sup>38</sup> Na sequência da introdução no TO dos mísseis terra-ar SAM-7 (STRELA) pelas forças do PAIGC (Golias, 2016, p.74).

<sup>39</sup> “Portuguese Guine: The War”, aerograma da embaixada dos EUA em Dakar, para o Departamento de Estado, a 3 de janeiro de 1969, NA, CFPF, 1967-1969, caixa 2440.



Spínola em operações militares e “viagens de inspeção ao mato”, funcionavam como fator motivacional para os seus homens.

O Marechal Spínola deixou a Guiné em 6 de agosto de 1973. As políticas “Por Uma Guiné Melhor” e “Congressos dos Povos da Guiné” materializaram uma visão única em África, que acima de tudo reconhecia a existência de uma sociedade tribal, e marcam uma extraordinária iniciativa para captar o apoio das populações (Golias, 2016, p.90).

Os autores Afonso e Gomes (2000, p.490) reconhecem que Spínola não teve receio de “jogar todas as cartas”, e identificam duas possíveis causas para o insucesso da sua solução: “a capacidade política interna e externa do PAIGC”, e “o Governo de Marcello Caetano que lhe negou a condição essencial para a solução ter êxito – a admissão de um compromisso político para resolver a guerra”.



## **Conclusões**

Na elaboração do presente trabalho e tendo em conta os objetivos propostos, a estratégia de investigação utilizada teve por base uma abordagem metodológica de índole qualitativa, em que a recolha de dados efetuada assentou essencialmente no recurso à análise documental e a entrevistas.

A análise documental incidiu em analisar fontes primárias e secundárias, apoiando a pesquisa de informação em documentação bibliográfica publicada oficialmente e em documentos relativos a operações. Este processo revelou-se exigente quer pela diversidade da informação existente, quer pelo distanciamento entre o acontecimento e os discentes.

No que concerne às entrevistas efetuadas e atendendo aos entrevistados em questão, foram realizadas uma entrevista não estruturada e uma entrevista estruturada, onde se procurou obter dados que confirmassem ou completassem a informação obtida através da análise documental, previamente efetuada.

Tendo em conta a análise efetuada, podemos responder à QD N.º 1 – “Qual a visão do Marechal Spínola sobre o Teatro de Operações da Guiné-Bissau?” – salientando a sua marca de “pensar como o inimigo, sem ficar como ele”. Para o Marechal Spínola era essencial uma compreensão e abordagem holística<sup>40</sup> do TO da Guiné-Bissau, englobando o interesse Nacional, as forças nacionais e opositoras e a população local. Spínola considerava que o sucesso no TO da Guiné-Bissau era conseguido por quem conquistasse a população local. Neste sentido, tomava especial destaque o plano económico e social, assente em programas de desenvolvimento que providenciassem progresso, aumento do bem-estar e qualidade de vida, ficando o plano militar como secundário, todavia fundamental para garantir condições de segurança, espaço e tempo, para que os programas de desenvolvimento fossem aplicados.

No que diz respeito à QD N.º 2, “Quais as medidas Políticas e Militares implementadas?”, de acordo com os autores estudados ao longo deste trabalho, podemos concluir que o Marechal Spínola procurou conjugar a sua ação política e militar, de acordo com a sua visão da questão ultramarina.

Relativamente à sua ação política, consideramos cinco campos de atuação fundamentais: a política “Por uma Guiné Melhor”, expressão máxima da tentativa de promoção do desenvolvimento económico e social dos povos indígenas, em respeito pela

---

<sup>40</sup> Ver Apêndice C – Transcrição da entrevista ao Exmo. Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos Pires



cultura e dignidade dos mesmos; os “Congressos do Povo” que materializaram a participação política por parte da população em completa igualdade entre todos; a atuação ao nível da política interna e externa, na tentativa de estabelecer diálogo com o PAIGC de Amílcar Cabral; a atuação ao nível da política externa com Leopold Senghor, como forma de servir de mediador com o PAIGC; e a ligação e subordinação ao poder político central na Metrópole.

Ao nível militar, e tendo por base a doutrina nacional para a guerra subversiva da época, a sua atuação procurou: acelerar a tomada de decisão através da simplificação da estrutura hierarquizada das FFAA e da centralização do poder de decisão; adequação das unidades e da sua forma de atuação às reais condições do TO; otimização dos recursos (materiais e humanos) existentes na Guiné-Bissau; implementação de órgãos e estruturas centrais para apoiar a tomada de decisão, planejar e desenvolver ações militares e políticas, e supervisão das mesmas; e desenvolvimento de uma guerra psicológica que integrava a componente militar e política.

No que concerne à QD N.º 3 – “Qual o impacto das medidas implementadas no Teatro de Operações da Guiné-Bissau?” – podemos concluir que o Marechal Spínola, nos cinco anos em que desempenhou funções, teve um papel fundamental. Salientam-se os resultados obtidos pelas estruturas militares e civis criadas, bem como, pelas campanhas de propaganda desenvolvidas, que tiveram um elevado impacto social na Guiné.

No que concerne aos efetivos e à sua organização, a aposta no recrutamento local foi crucial. Com o aumento de efetivos foi possível duplicar o número de unidades operacionais, triplicar o número de Grupos Especiais e implementar um dispositivo concentrado nas regiões Norte, Noroeste, Sudeste do território e em Bissau. Segundo o próprio, considera ter afetado de forma determinante o PAIGC, uma vez que considera ter afetado os “objetivos de motivação do inimigo e, por essa via, do substrato humano em que a subversão se apoiava (...)” (Spínola, 1973, p. 113).

Assim, com base no aduzido anteriormente, podemos então concluir que foi possível responder à QC “Em que medida a forma de atuação do Marechal Spínola, enquanto Comandante-Chefe das Forças Armadas e Governador-geral da Guiné-Bissau, através das medidas adotadas, influenciou o TO da Guiné-Bissau”.

Segundo os autores do livro “A descolonização Portuguesa – aproximação a um estudo”, existiram três grandes motivos que levaram o General Spínola a apresentar a sua exoneração: as obstruções a que foi sujeito pelo Governo Central, a proibição do contacto



que procurara com Leopold Senghor para através deste chegar ao PAIGC, e a rejeição de alguns pontos fundamentais da sua proposta de Estatuto Político-Administrativo da Guiné (1979, p. 96).

A 06 de agosto de 1973, e na impossibilidade de alcançar uma solução política, António de Spínola chega a Lisboa, comunicando a Marcelo Caetano: “Senhor Presidente do Conselho, venho dizer-lhe que regressei de vez”. (Bernardo *apud* Rodrigues, 2010, p. 186). Por despacho de 24 de setembro de 1973, é exonerado, a seu pedido, das funções de Governador e Comandante-Chefe da província ultramarina da Guiné.

Durante os cinco anos em que desempenhou as funções de Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau deparou-se com inúmeras dificuldades, e a todas elas tentou fazer face de forma construtiva e criativa, sem esquecer as suas responsabilidades e a visão que o movia. As mais difíceis de ultrapassar foram porventura as de âmbito político, resultantes das limitações impostas por Marcelo Caetano.

Da sua atuação como Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau, ressalta o militar. A sua atuação fica marcada pelo seu carisma, integridade e inegável capacidade de comando, e pela sobriedade e coerência das suas opções militares, na tentativa de promover uma solução política para a guerra do ultramar. Spínola pensava e agia como militar, e foi o militar que prevaleceu sobre o político.

A sua educação, formação militar e carreira militar como Oficial de Cavalaria, influenciaram de forma decisiva as suas perceções e permitiram-lhe construir uma base sólida, alicerçada em valores, que conjugada com o conhecimento obtido, de onde se destaca a visita à Escola de Carros Combate do Exército Alemão, à Escola de Equitação e à frente germano-russa em Leninegrado (Rezola, 2002, p. 55), se constituíram num marco importante na sua formação, uma vez que, como o próprio afirma “no plano militar colhi ensinamentos que me foram úteis na guerra do ultramar. No plano político permitiram-me refletir sobre o papel das grandes potências na condução dos negócios do mundo” (Spínola, 1994, p. 26). Salienta-se ainda que serviu em África, norte de Angola, entre 1961 e 1963, e que em maio de 1968, ao receber um convite de António de Oliveira Salazar, para desempenhar funções de Comandante-chefe e Governador-geral da Guiné-Bissau, aceitou prontamente o convite, porque “não era possível a qualquer português verdadeiramente português negar a sua contribuição à pátria na presente conjuntura da vida nacional em especial na fase crítica da guerra na Guiné” (Spínola, 1968), o que demonstra a sua sólida formação militar, moral e cívica.





## Bibliografia

### Livros Impressos

- Afonso, A. e Gomes, C. de M., 2000. *Guerra Colonial*. Notícias, Lisboa.
- Antunes, J. F., 1995. *A Guerra de África 1961-1974 – Volume I*. Círculo de Leitores, Lisboa.
- Antunes, J. F., 1995. *A Guerra de África 1961-1974 – Volume II*. Círculo de Leitores, Lisboa.
- Bernardo, M. A., 1996. *Marcello e Spínola: A Rutura*. Lisboa, Ed. Estampa
- Brierly, J. L., 1963. *Direito Internacional*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Calvão, G. de Alpoim, 1976. *De Conakry ao MDLP*. Lisboa, ed. Intervenção.
- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África. O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*. Lisboa: Edições Atena.
- Carvalho, O. S., 1991. *Alvorada em Abril – Volume I*. Lisboa. Ed. Publicações Alfa.
- Carvalho, O. S., 1977. *Alvorada em Abril*. Lisboa, Ed. Divina Comédia.
- Castro, N., 2012. *Os Heróis do Ultramar*. Lisboa, Ed. Oficina do Livro.
- Catarino, M. e Assor, M., 2010. *Spínola, Senhor da Guerra*. Presselivre – Imprensa Livre, Lisboa.
- Ferreira, J.J.B., 2002. *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português – Da Conferência de Berlin à Descolonização*. Lisboa, Hugin Editores
- Golias, J. S., 2016. *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Colibri.
- Lewin, A., 2009. *Ahmed Sékou Touré (1922-1984) Presidente da Guiné*. Paris, Edições L'Harmattan.
- Lopes, A. S., 2015. *Os Media na Guiné-Bissau, Guiné-Bissau*. Financiado pela União Europeia através do Programa UE-PAANE – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais "No Pintcha Pa Dizinvolvermentu", Edições Corubal.
- Martins, F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa.
- Mergulhão, J. F. de M., 1896. *Apontamentos Para a História da Campanha d'África*. Bragança, Typographia Brigantina.
- Monge, M. S., 2010. *A Academia Militar e a Guerra de África, Capítulo – "O Teatro de Operações da Guiné"*. Lisboa, Ed. Prefácio.
- Moura, P., 2012. *Otelo (Biografia) – O revolucionário*. Lisboa, Ed. Dom Quixote.





Pires, N. C. B. de L., 2014. *Wellington, Spínola e Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo.

Oliveira, M.A.F., et al, 1979. *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo, Volume I*. Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade.

Policarpo, F., 2010. *A Guerra da Guiné 1963-1974*. Lisboa: Quidnovi – Edição e Conteúdos, S.A.

Rezola, M. I., 2002. *Fotografias Século XX, António de Spínola*. Circulo de Leitores, Rio.

Rodrigues, L. N., 2010. *Spínola*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Rodrigues, R., 1995. *Os Últimos Guerreiros do Império*. Amadora, Ed. Erasmus.

Spínola, A. de, 1970. *Por uma Guiné Melhor*. Agência-Geral do Ultramar. Lisboa.

Spínola, A. de, 1973. *Por uma Portugalidade Renovada*. Agência-Geral do Ultramar. Lisboa.

Spínola, A. de, 1974. *Portugal e o Futuro*. Arcádia, Lisboa.

Spínola, A. de, 1976. *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa. Ed. Ática/Bertrand

Spínola, A. de, 1978. *País sem Rumor: Contributo para a História de uma Revolução*. Scire, Lisboa.

Vaz, N. M., 2003. *Guiné: 1968 e 1973 – Soldados uma vez, sempre soldados!* Lisboa.

### **Partes ou volumes de livros impressos**

Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 1 - Enquadramento Geral*. Lisboa: EME.

Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 3 - Dispositivo das Nossas Forças – Guiné*. Lisboa: EME.

Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva – I Generalidades*. Lisboa: Ministério do Exército.

Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva – II Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas*. Lisboa: Ministério do Exército.

Soares, V., e Adelino, E., 1963. *Dicionário da Terminologia Militar, Vol I*. Edição dos autores. Obra foi composta e impressa na Sociedade Astória, Lda.

Soares, V., e Adelino, E., 1963. *Dicionário da Terminologia Militar, Vol II*. Edição dos autores. Obra foi composta e impressa na Sociedade Astória, Lda.



### Artigos impressos

Lousada, A., Escorrega, L., e Menezes, A. (Janeiro de 2011). *Fernando Cavaleiro e a Operação Tridente*. Jornal do Exército, pp. 217-228.

Spínola, A. de, 1940. *O mordente do cavaleiro*. Revista da Cavalaria.

Spínola, A. de, 1994. *Entrevista a António de Spínola*. Expresso Revista, 26.

### Artigos eletrónicos

Comissão da História das Transmissões, 2011. As Transmissões Militares na Guerra Colonial (Artigo n.º 676), *Revista Militar N.º 2513/2514 - Junho/Julho de 2011*, [Em linha]. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/676>, [Consultado em 14 de abril de 2017].

### Informação retirada de Portal/página Web

Associação 25 de Abril (s.d.). Guerra Colonial 1961-1974. [Em linha]. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/intro>. [Consultado em 29 de junho de 2011].

Associação Guiné-Bissau (s.d.). Associação Guiné-Bissau – Contributo. Disponível em <http://www.didinho.org/guinebissau.htm>. [Consultado em 29 de junho de 2011].

Portal da Guerra Colonial, (s.d.) Guerra Colonial. [Em linha] Lisboa. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/index.php?&&content=742>, [Acedido em 15 de Abril de 2017].

### Material de Arquivo

Anon. 1972. *Acta da reunião efectuada em Cap Skiring com o Ministro senegalês Ousmane Camara, em 27 de abril de 1972*. Transcrição do original desta acta (em documento fotográfico), respeitando a grafia e a pontuação, e a formatação possível. Lisboa: Arquivo pessoal do Coronel José Alberto de Moura Calheiros.

Anon, 1972. *Acta da reunião com o Presidente Senghor, em Cap Skiring, em 18 de maio de 1972*. Transcrição do original desta acta (em documento fotográfico), respeitando a grafia e a pontuação, e a formatação possível. Lisboa: Arquivo pessoal do Coronel José Alberto de Moura Calheiros.

Anon., 1972. *Acta da reunião com o Ministro senegalês Ousmane Camara, em Cap Skiring, em 27 de julho de 1972*. Transcrição do original desta acta (em documento fotográfico), respeitando a grafia e a pontuação, e a formatação possível. Lisboa: Arquivo pessoal do Coronel José Alberto de Moura Calheiros.

Anon., (s.d.). *Batalhão de Cavalaria 345. História da Unidade, 1961 a 1964*. Lisboa. AHM.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1973. *Acta da Reunião de Comandos, realizada em 15 de Maio de 1973*. Bissau. Lisboa: AHM.



Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1968. Diretiva N.º 360/68, Campanha Psicológica de Recuperação, de 17 de dezembro. Lisboa, AHM.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969. *Directiva N.º 65/69, de 13 de agosto*. Lisboa: AHM.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969. *Directiva N.º 44/69, Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, de 08 de junho*. Lisboa: AHM.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969. *Directiva N.º 46/69, de 17 de junho*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969. *Directiva N.º 47/69, Reajustamento de Conceitos, Processos e Métodos de Ação, de 17 de junho*. Lisboa: AHM.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969. *Directiva N.º 65/69, Manobra socioeconómica – Esforço no Chão de Manjaco*, de 13 de agosto. Lisboa: AHM.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1972. *Directiva N.º 19/72 de 28 de novembro*. Lisboa: AHM.

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1973. *Directiva N.º 13/73 de 30 de março*. Lisboa: AHM.

### **Teses e Dissertações**

Garcia, F. P., 2000. *Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)*. Dissertação de mestrado em relações internacionais na Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Lisboa: Lemos & Moutinho – Artes Gráficas, Lda.

Pires, N. C. B. de L., 2013. *O Comando Holístico da Guerra, Wellington, Spínola e Petraeus*. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa.

### **Entrevistas**

Pires, N. C. B. de L., 2017. Entrevista ao Exmo. Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos Pires [Entrevista]. Instituto Superior Militar (08 de junho de 2017).



## Anexo A – Extrato do anexo "A" à Acta da Reunião de Comandos de 15 de Maio de 1973 – Análise da Situação do Inimigo

DESCLASSIFICADO  
MUITO SECRETO  
POSTO \_\_\_\_\_ NOME \_\_\_\_\_ CARGO \_\_\_\_\_  
LIBDA. A. N. M. \_\_\_\_\_

A. B. N. T.  
TR

ANEXO "A" À ACTA DA REUNIÃO DE COMANDOS DE 15 MAI 73

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO INIMIGO

A situação no T.O., analisada à luz da evolução do In e do seu potencial e processos de acção, sofreu, em especial nestes últimos dois meses, um substancial agravamento de resto já oportunamente previsto face às informações processadas, e que se traduz em franca subida de grau no desenvolvimento em escalada da sua manobra político-militar, constituindo o tempo inicial de uma nova fase do conflito: o empenhamento na passagem para acções do tipo convencional, embora ainda isoladas, visando objectivos limitados, e não integrados em qualquer plano de ofensiva geral em moldes clássicos, só próprio, aliás, de uma ulterior e última fase.

O ponto de viragem característico desta subida de grau materializou-se no explosivo incremento da eficácia dos meios In de neutralização da nossa até aqui total liberdade de acção da ar ma aérea, meios aqueles de que o In largamente dispõe em todo o T.O., desse modo resultando afectada a mais poderosa senão mesmo a única determinante da nossa superioridade de meios no balanço do potencial relativo de combate das forças em presença. E o acréscimo de liberdade de acção daí resultante para o In, adicionado às múltiplas incidências das resoluções que do mesmo facto nos advêm, confere ao desenvolvimento ulterior da manobra inimiga um grau de perigosidade jamais atingido.

Como factos marcantes da subida de grau na evolução registada no T.O. julgam-se de referir ainda, no quadro destas considerações introdutórias, os seguintes factos expressivos:

- Súbito crescimento em quantidade e intensidade da acção ofensiva directamente orientada para objectivos pontuais em áreas enfraquecidas pela nossa deslocação de meios para as áreas de esforço, em nítida intenção de conquista territorial;

DESCLASSIFICADO  
MUITO SECRETO  
POSTO \_\_\_\_\_ NOME \_\_\_\_\_ CARGO \_\_\_\_\_  
LIBDA. A. N. M. \_\_\_\_\_





MUITO SECRETO

- 2 -

Apêndice  
T21

- aparecimento no T.O. de unidades In quase totalmente constituídas por elementos não-africanos em acções frontais contra as NF;
- recrudescimento notável da agressividade do In, cujas acções se revelam já perfeitamente delineadas nos seus tempos de fixação, envolvimento, assalto e perseguição;
- disponibilidade de meios aéreos pelo In - próprios ou de reforço - e de carros de combate nas bases de onde normalmente irradia para as suas acções nas fronteiras Leste e Sul;
- transferência para o BOE da área tentativa para a implantação do novo estado.

São estes parâmetros, definidores da situação actual no T.O., que se desenvolverão no presente estudo.

#### SITUAÇÃO EXTERNA E ACTIVIDADE INTERNACIONAL

Os elementos disponíveis e processados neste QG permitem concluir que, no ambiente externo, se desenha com crescente clareza um clima propício a um empenhamento militar de terceiros, com o apoio de um largo número de países tradicionalmente hostis. De facto, continua a verificar-se um constante e cada vez maior endurecimento de posições em relação à presença de PORTUGAL em África; e desde a 27ª Assembleia-Geral da ONU, até à recente reunião de peritos em OSLO, promovida pela ONU e pela OUA, tem sido notório, face à opinião Mundial, o acréscimo de influência e o consequente prestígio da OUA, disposta a um empenhamento directo a favor da aceleração do processo de independência dos povos africanos. Neste último aspecto sobressai, da reunião dos peritos militares daquela Organização, a recente promoção dum novo "sistema de defesa regional integrado" para a África, visando claramente, no fundo, a preparação de

DESCLASSIFICADO  
POR ORDEM DE  
MUITO SECRETO





DESCLASSIFICADO  
MUITO SECRETO

- 4 -

Arq. 11  
Tr.

Apenas o SENEGAL mantém uma atitude mais moderada, prevalecendo a ideia de SENGHOR sobre a formação duma confederação lusófona agrupando PORTUGAL, o BRASIL e as Províncias da GUINÉ, ANGOLA e MOÇAMBIQUE. Este ponto de vista foi de novo reforçado numa entrevista recente concedida pelo Presidente Senegalês, que, referindo-se ao seu encontro com o Ministro Brasileiro dos Negócios Estrangeiros, GIBSON BARBOSA, afirmou que ambos estavam de acordo sobre a necessidade de se conseguir uma reconciliação entre PORTUGAL e os representantes dos movimentos das suas Províncias Ultramarinas para os levar à aceitação dum diálogo positivo, considerando que só no âmbito de diálogo franco e aberto à volta de uma mesa redonda se poderá resolver o problema da presença de PORTUGAL em África. Atenta porém a sua conjuntura interna, a pressão exterior no contexto africano e geral e a inviabilidade das suas concepções, não é previsível por quanto tempo mais o SENEGAL conservará a posição moderada que tem mantido; e uma provável mudança da sua atitude, resvalando para o alinhamento com as propostas de SEKOU TOURÉ, criará à Província uma situação altamente crítica.

#### SITUAÇÃO INTERNA

Neste domínio, apenas se julga de referir, para não alongar desnecessariamente a análise que se apresenta, que o impacto psicológico provocado pela nossa superioridade militar enquanto mantida e pela concretização progressiva de medidas de promoção social decorrentes da política seguida, colocou as populações em franco desequilíbrio a nosso favor, fazendo-as sentir que, económica e socialmente, têm por enquanto vantagem em estar connosco.

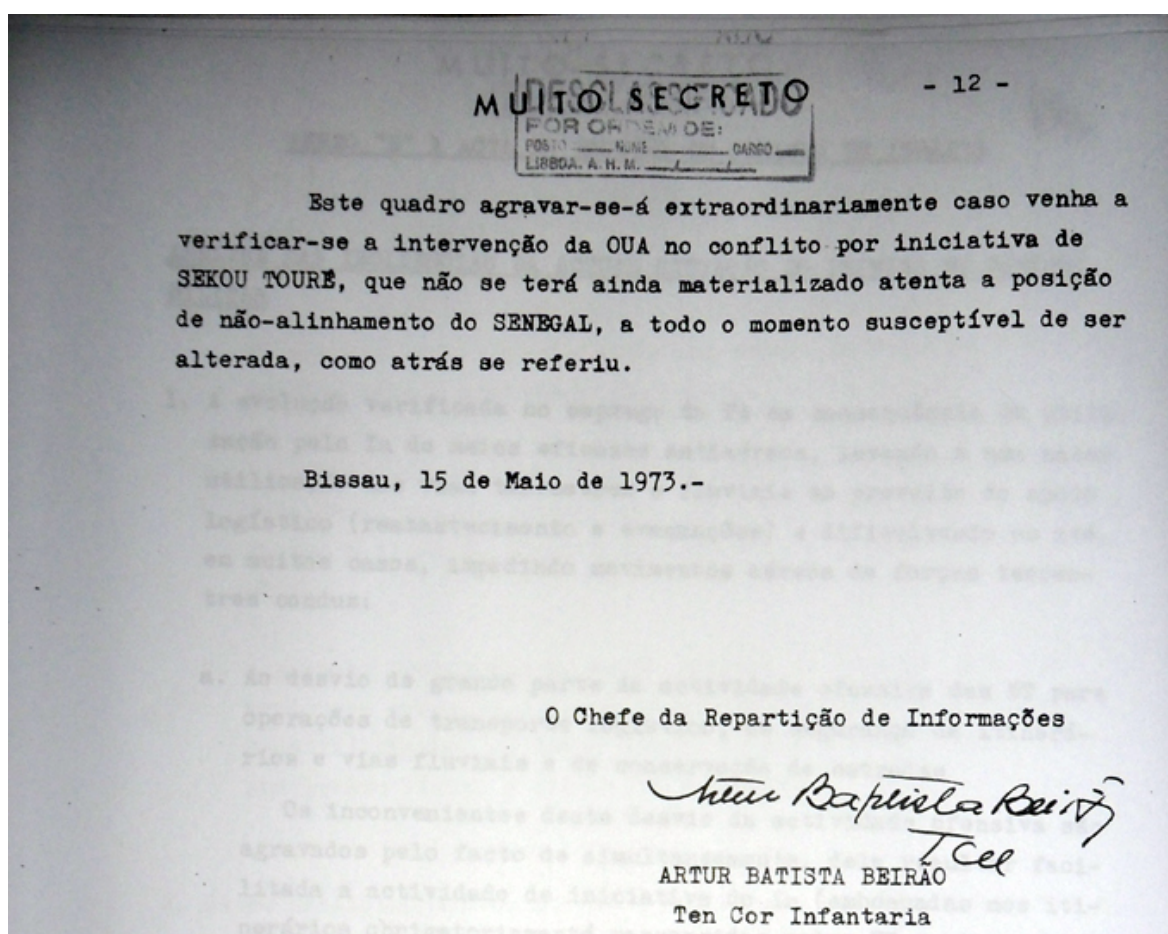
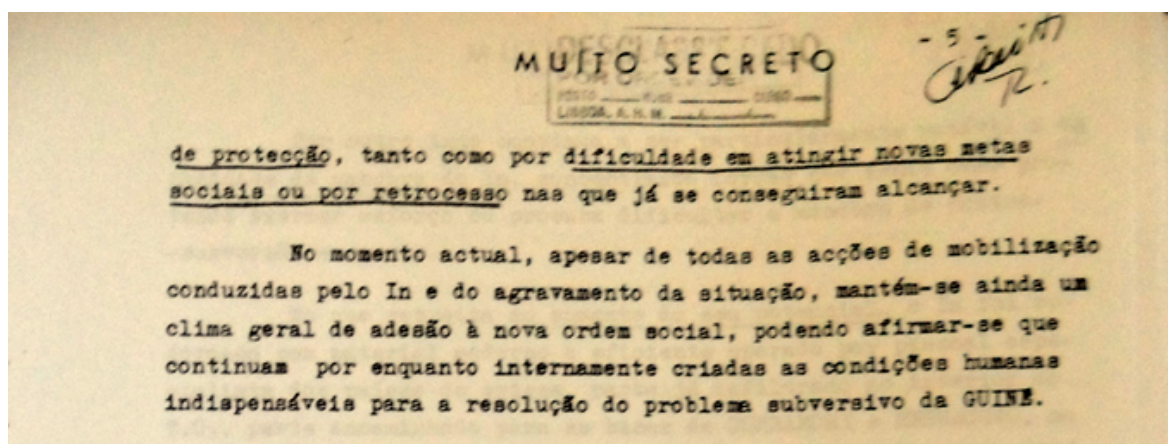
Mas uma vez que a adesão da população não resultou exclusivamente duma atitude puramente ideológica nem só de uma escolha para usufruir melhores condições económicas e sociais mas também porque quanto maior é o atraso duma sociedade mais forte é a sua tendência para se colocar do lado da força, poderá correr-se o risco de ver parcialmente anulada esta situação, por insuficiente garantia

DESCLASSIFICADO  
MUITO SECRETO





“O enquadramento político e militar no período em que o Marechal António de Spínola desempenhou as funções de Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau”



**Fonte:** Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné (1973). Acta da Reunião de Comandos, realizada em 15 de Maio de 1973. Bissau. Lisboa: Arquivo Histórico Militar



## Apêndice A – Evolução dos efetivos das Forças Armadas na Guiné

**Quadro 1: Quadro de efetivos nos três TO – Angola, Moçambique e Guiné**

Anos / TO	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs.
1960	--	--	--	--	(a)
1961	33 447	11 209	4 736	49 422	(b)
1962	44 925	11 852	5 070	61 847	(c)
1963	47 400	14 246	9 650	71 296	(d)
1964	52 493	18 049	15 195	85 737	
1965	57 073	22 856	17 252	97 181	
1966	55 816	30 588	20 801	107 205	
1967	57 420	34 721	21 650	113 791	
1968	58 230	36 615	22 839	117 684	
1969	55 574	39 096	26 581	121 251	(e)
1970	55 233	38 712	26 775	120 720	
1971	62 060	44 505	29 210	135 775	(f)
1972	60 317	46 723	29 957	136 997	
1973	65 592	51 463	32 035	149 090	(g)

**Fonte:** CECA (1988, p. 259)

- (a) Em Dezembro de 1960, havia em Angola cerca de 6500 militares (dos quais 1500 metropolitanos).
- (b) Valores obtidos através do número exacto oficial dos militares metropolitanos e do arbítrio do recrutamento local para Angola, Moçambique e Guiné de 5000, 3000 e 1000 respectivamente.
- (c) O valor de Angola foi extraído do relatório periódico de comando da região Militar de Angola de 31-12-62. Para Moçambique e Guiné os valores são estimados, mas, face a outros dados oficiais, estão muito aproximados. Mantêm-se como valores arbitrários de recrutamento local os mesmos de 1961.
- (d) Valores estimados face a dados oficiais para Angola e Moçambique. Para a Guiné o valor foi extraído do relatório de comando do Comando Territorial Independente da Guiné N.º 5/1966.
- (e) Dados referidos a 31-3-70.
- (f) Dados referidos a 31-3-72.
- (g) Dados referidos a 30-9-73.





**Quadro 2: Quadro de efetivos metropolitanos em reforços dos três TO – Angola, Moçambique e Guiné**

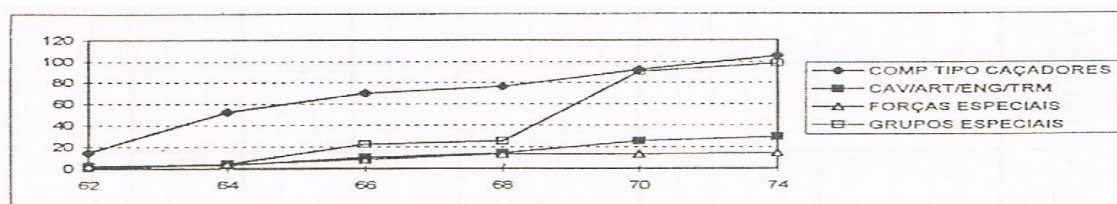
Anos / TO	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs.
1960	--	--	--	--	(a)
1961	28 447	8 209	3 736	40 422	
1962	33 760	8 852	4 070	46 682	
1963	34 530	9 243	8 344	52 117	
1964	37 418	10 132	12 874	60 424	
1965	41 625	13 155	14 640	69 420	
1966	38 519	19 550	17 760	75 829	
1967	43 051	23 164	18 421	84 636	
1968	37 547	22 717	19 559	79 823	
1969	36 911	22 286	22 866	83 063	(b)
1970	36 174	22 633	22 507	81 314	
1971	36 127	21 795	23 402	81 324	(c)
1972	34 856	22 657	24 036	81 549	
1973	37 773	23 891	25 610	87 274	(d)

Fonte: CECA (1988, p. 260)

- (a) O efetivo de Angola em tropas metropolitanas, em 31 de Dezembro de 1960, estima-se em 1500.  
 (b) Elementos relativos a 31-3-70.  
 (c) Elementos relativos a 31-3-72.  
 (d) Elementos relativos a 30-9-73.

**Quadro 3: Quadro de efetivos por tipos de unidades operacionais**

Tipo de Un	62	64	66	68	70	72
Comp Tipo Caçadores	14	52	70	76	92	105
Cav/Art/Eng/Trm	2	3	10	14	25	29
Forças Especiais	2	3	8	13	13	14
Grupos Especiais	0	4	22	25	90	98
<b>Total</b>	18	63	110	126	220	246

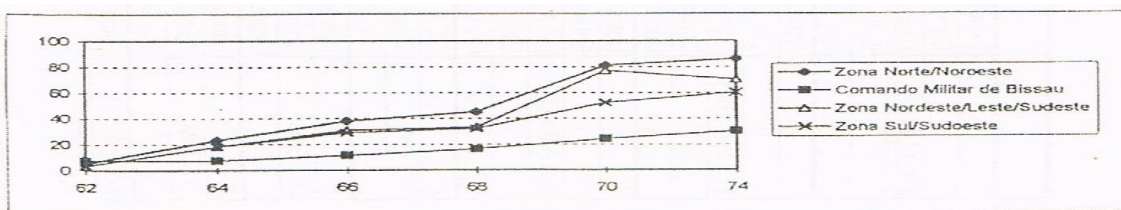


Fonte: Ferreira, J.J.B. (2002, p. 698)



**Quadro 4: Quadro de efetivos por dispositivo operacional**

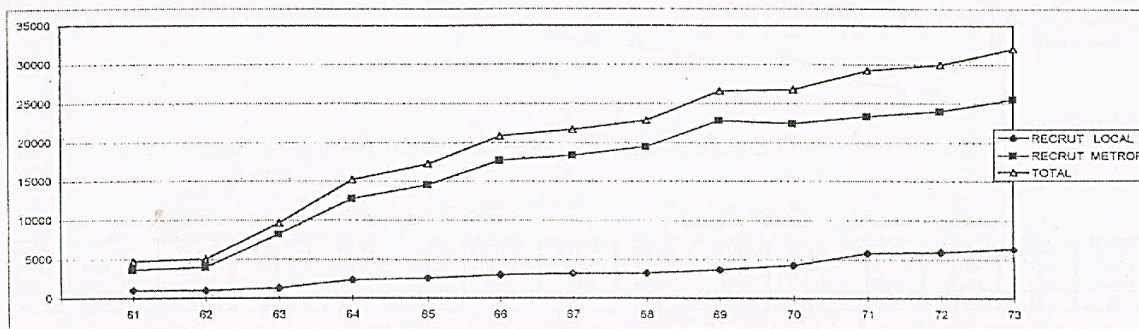
Zona	62	64	66	68	70	72
Norte/Noroeste	5	23	38	45	81	86
Comando Militar de Bissau	7	7	11	15	24	30
Nordeste/Sudeste	3	18	31	33	77	70
Sul/Sudoeste	2	18	29	32	52	60
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>63</b>	<b>109</b>	<b>126</b>	<b>234</b>	<b>246</b>



Fonte: Ferreira, J.J.B. (2002, p. 698)

**Quadro 5: Quadro de efetivos com recrutamento local (Guiné) e da metrópole**

	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73
RECRUT LOCAL	1000	1000	1306	2321	2612	3041	3229	3280	3715	4268	5808	5921	6425
RECRUT METROP	3736	4070	8344	12874	14640	17760	18421	19559	22866	22507	23402	24036	25610
TOTAL	4736	5070	9650	15195	17252	20801	21650	22839	26581	26775	29210	29957	32035



Fonte: Ferreira, J.J.B. (2002, p. 698)



## Apêndice B – Cronologia de eventos na Guiné (entre Maio 1968 e Agosto 1973)

Quadro 1: Cronologia de Eventos na Guiné entre Maio de 1968 e Agosto 1973

Ano	Mês	Dia	Evento
1968	Mai	-	Convite dirigido pelo primeiro-ministro Professor Oliveira Salazar a António de Spínola para novo Governador-geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné-Bissau
		02	Reunião entre Oliveira Salazar e Spínola a pedido deste, onde foi apresentado o documento “Alguns Aspetos que Condiçãoam a Solução da Presente Situação na Guiné”
		20	Chegada do novo Governador-geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné-Bissau, António de Spínola, que rende Schultz
	Jun	16	Diretiva N.º 47/69 – “Melhoria da Instrução”, do Comandante-Chefe da Guiné
		19	Diretiva “Defesa da Ilha de Bissau”, do Comandante-Chefe da Guiné
		26	Spínola escreve ao Presidente do Conselho afirmando que “os danos são mais profundos do que suponha e os reflexos locais dos erros humanos são mais graves do que pensava”
	Aug	5	O primeiro-ministro Professor Oliveira Salazar sofre uma queda no Forte de Santo António em São João no Estoril
	Set	16	Recaída irreversível do primeiro-ministro Professor Oliveira Salazar. O Presidente da República adota medidas necessárias à sua substituição
		27	Tomada de posse de Marcello Caetano como Presidente do Conselho de Ministros
	Out	01	Spínola escreve “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução”
		01	O Presidente do Senegal, Leopold Senghor dificulta a permanência de elementos do PAIGC no seu território
	Nov	01	Condenação pela ONU da política colonial portuguesa
		08	Spínola escreve ao Conselho Superior de Defesa Nacional solicitando que seja definida concretamente a missão a cumprir pelas Forças Armadas e que para tal lhe sejam conferidos os “meios mínimos”
1969	Dec	17	Diretiva N.º 360/68 - “Campanha Psicológica de Recuperação” do Comandante-Chefe (início campanha “Uma Guiné Melhor)
	Jan	-	George Andrews, da embaixada dos EUA em Dakar, salienta alguns aspetos de nível Operacional que mudaram com a chegada de Spínola à Guiné
	Abr	08	Marcello Caetano inicia uma viagem pelas províncias ultramarinas
	Jun	-	Spínola dá indicações para que comecem a ser previstas no planeamento militar ações fora das fronteiras da Guiné-Bissau com especial incidência no Senegal e na Guiné-Conacri
		08	Diretiva N.º 44/69 - “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné”, do Comandante-Chefe da Guiné



Ano	Mês	Dia	Evento
1969	Jun	16	Diretiva N.º 47/69 – “Melhoria da Instrução”, do Comandante-Chefe da Guiné
		17	Diretiva N.º 46/69 – “Reajustamento de Conceitos, Processos e Métodos de Ação” do Comandante-Chefe da Guiné
		25	O DL 49106 determina que o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) seja remodelado de modo a constituir o Estado-maior General das Forças Armadas (EMGFA) e o órgão de serviços destinado à administração conjunta das Forças Armadas
		25	O DL 49107 determina a reorganização da estrutura das Forças Armadas nas Províncias Ultramarinas
	Aug	02	Libertação de 92 ex-combatentes do PAIGC pelas autoridades portuguesas
		13	Diretiva N.º 65/69 – “Manobra socioeconómica. Esforço no Chão de Manjaco” do Comandante-Chefe da Guiné
		18	Apresentação de 5 desertores portugueses, feita por Amílcar Cabral em Argel
	Dec	09	Condenação da ONU a Portugal pela violação do território do Senegal
1970	Jan	-	Estabelecidos os primeiros contactos, com o PAIGC no “Chão Manjaco”
	Abr	-	Spínola afirma que “embora aparentemente política a guerra é eminentemente psicológica e explora dois conflitos: o conflito social e o conflito tribal”
		-	Aguardando desenvolvimentos das negociações que decorriam com o PAIGC as forças no terreno adotam postura essencialmente defensiva
		27	Assassinato dos representantes do CAOP
	Mai	01	Leopold Senghor, em visita à Suécia, afirmou que “tinha proposto um plano de paz aceite por Amílcar Cabral, residindo a dificuldade da sua aplicação na obtenção do acordo dos portugueses”
	Jun	-	Spínola recebeu em Bissau o João Bernardo Vieira (“Nino Vieira”)
	Jul	01	Papa Paulo VI recebe os três movimentos de Libertação
		27	Óbito do Professor Oliveira Salazar
	Aug	03	1º “Congressos do Povo” em Bissau
	Out	-	Spínola envia a Marcello Caetano uma carta com “Algumas Ideias Sobre a Estruturação Política da Nação”
	Nov	01	Reunião de Comandos Extraordinária em Bissau. Na sua sequência são estabelecidos os primeiros contactos com países vizinhos na busca da solução política
		11	Spínola solicita autorização para efetuar a “Operação Mar Verde”
		22	“Operação Mar Verde” na Guiné Conacri
	Dec	08	O Conselho de Segurança das ONU condena a intervenção militar portuguesa na Guiné-Conacri



Ano	Mês	Dia	Evento
1971	04	30	O DL 176/71 promulga o Estatuto do Oficial do Exército, com base no Estatuto do Oficial das Forças Armadas (EOFA) de 1965
	06	09	Primeiro ataque do PAIGC a Bissau
	10	01	Em visita a Inglaterra a convite do Presidente do Partido Trabalhista, Amílcar Cabral afirmou “o seu desejo de solucionar a guerra por meio de negociações com Portugal, sem condições prévias”
1972	01	-	Publicada a “Prospetiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné”, pela Junta de Investigações do Ultramar
	02	22	Amílcar Cabral discursa na ONU
	03	27	O Governo da Noruega concede um subsídio ao PAIGC
	04	02	Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas, a convite do PAIGC, enviou uma delegação para visitar a Guiné-Bissau
		27	Encontro em Cap Skirring no Senegal, entre o General Spínola e Ousmane Camara
1972	05	18	Encontro em Cap Skirring no Senegal, entre o General Spínola e Leopold Senghor
	06	27	Encontro falhado entre Spínola e Senghor, ao qual compareceu em sua representação o Ministro Ousmane Camara
	09	15	O General Costa Gomes é nomeado CEMGFA
	10	-	Amílcar Cabral mostra disponibilidade para ir a Bissau conferenciar com Marcelo Caetano
1973	11	-	Lançada a “Operação Cantanhez”
	01	20	Assassinato de Amílcar Cabral, que viria a ser substituído na liderança do PAIGC por Aristides Pereira
	02	26	Marcello Caetano escreve uma carta dirigida ao General Spínola, em sequência de algumas declarações deste ao jornal “República”
	03	06	Spínola escreve uma carta a Marcelo Caetano em que enfatiza a necessidade de efetuar reformas políticas a fim de garantir maior autonomia das colónias
		25	Abate da 1ª aeronave da Força Aérea Portuguesa no TO da Guiné com mísseis “Strella”
	05	15	Decorreu no Forte da Amura, uma Reunião dos Altos Comandos, presidida pelo General Spínola
		06	Marcello Caetano ordena a interrupção definitiva das conversações com Senghor e com PAIGC
	06	-	Cerco de Guidaje
	08	08	Spínola deixa a Guiné-Bissau, ao fim de 5 Anos no exercício das funções de Governador-geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas
	09	24	Spínola é exonerado, a seu pedido, das funções de Governador e Comandante-Chefe da província ultramarina da Guiné

**Fonte:** Adaptado de Ferreira, J.J.B. (2002, p.673), Golias, J.S. (2016, p. 367) e da página <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=18&category=&dateBegin=1968&dateEnd=1973>, [consultada a 15 de Abril]





## Apêndice C – Transcrição da entrevista ao Exmo. Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

### Questões

#### 1. Qual era a visão/intenção do Marechal Spínola para TO da Guiné-Bissau, e qual foi a forma idealizada para implementar uma política para vencer a guerra?

*Cor Lemos Pires: A primeira coisa que é importante relevar é que o Marechal Spínola, na altura Brigadeiro-General Spínola, deu uma grande importância ao que era o alinhamento político do seu trabalho, com o alinhamento político do Governo de Portugal. Há um momento definidor de toda a política e toda a estratégia seguida na Guiné que é o encontro dele (Spínola) com Salazar. No gabinete com o presidente do Conselho, Oliveira Salazar, estabelece alguns princípios que ia levar, e não avançou sem ter a certeza que estavam alinhados com a política geral de Portugal para o Ultramar como um todo. Há ali quatro ou cinco aspetos a que ele faz referência, aliás isso está muito bem documentado nas fontes a que já tiveste acesso, em que ele diz:*

*Primeiro, não há política para a Guiné, tem que haver uma política para África. Sr. Presidente do Conselho, o que quer fazer com todas as colónias, porque eu não posso ter uma atuação diferente? Assim, a primeira coisa foi, o que quer que ele fizesse não ia ser uma coisa localizada só para a Guiné, tem de ser uma coisa pensada amplamente para Angola, Moçambique e Guiné que é onde havia guerra, depois indiretamente para São Tomé, para Cabo Verde, para Timor, para Macau e para a Índia (a Índia nesta altura já tinha desaparecido, era só uma questão de nome).*

*Segundo, o Marechal Spínola transmite ao Sr. Presidente do Conselho: atenção que só lá vamos ganhar tempo para si. Uma guerra subversiva vence-se exclusivamente no plano político e a única coisa que as Forças Armadas fazem é ganhar tempo, o Sr. tem de ter noção que vamos lá é ganhar tempo.*

*Terceiro, deixou também de uma forma muito clara que a guerra subversiva se ganha no plano económico, político e social e muito pouco no militar, como tal isto é uma guerra para conquista das populações. Portanto como eu (Marechal Spínola) quero conquistar as populações eu preciso de apoio financeiro, preciso de apoio da sua parte para desenvolver estruturas sociais, políticas, económicas, etc., para convencer aquelas populações de que vale a pena estarem sob a nossa bandeira e não quererem ser independentes.*

*Por último, um pormenor que eu acho que às vezes não aparece muito, que é a questão do Marechal Spínola se ligar diretamente com Oliveira Salazar: Atenção que eu quero falar frequentemente consigo para ter a certeza que continuamos alinhados, a nível da política geral e da política regional na Guiné.*

*Eu acho que isto é a grande ideia que ele leva. Portanto vai ganhar tempo, vai construir a sociedade, e com base nisso leva obviamente as lições apreendidas que trazia já de Angola, (ele e a equipa dele, gosto sempre de referir que é a equipa dele, uma das coisas extremamente inteligente que ele fez, foi a escolha da equipa, foi um homem que correu com muita gente, todos aqueles que ele o achava que não tinham perfil adequado correu-os na altura e foi buscar um bocadinho a nata do Exército na altura, bem como também civis).*

*De facto ele fazia a dupla função de Comandante-Chefe e Governador, solução à Richard Templar, como tinha acontecido na Malásia, em que comanda, comanda a parte militar holisticamente (daí o nome do meu livro). Portanto eu acho que esta é a primeira grande perspectiva que ele leva. Leva a ideia de que as coisas estão a correr mal na Guiné, que é preciso inverter algumas das coisas que estavam a ser feitas, e sabia também que o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, engenheiro agrónomo, um individuo extremamente inteligente, muito bem formado (que se tinha formado com média de 15 aqui em Portugal) e que conhecia profundamente as necessidades das populações, portanto teve de se adaptar às etnias, às ideologias, adaptar às religiões, e adaptar a população local para que houvesse um apoio por parte destas.*



**2. Qual considera ter sido o fator que mais influenciou a visão do Marechal Spínola para TO da Guiné-Bissau:**

- A nova doutrina com que foi munido (“O Exército na Guerra Subersiva”)?;
- A sua experiência pessoal no domínio da política (“...com a sua experiência política, de «civil e empresário», nas polícias e nas Forças Armadas, ...”)?;
- A sua capacidade de iniciativa (percurso de vida, características pessoais)?

*Cor Lemos Pires:* Eu considero que é a terceira. Vamos lá ver, o General Spínola, e eu volto a dizer, porque não gosto muito de personalizar as coisas, o trabalho que ele fez na Guiné, foi um trabalho de equipa. Eram muitos, e bons. E, portanto, havia uma visão de equipa em que ele personalizava um certo carisma. E o carisma dele tinha muito a haver com a forma como ele era aberto e como olhava sempre para uma política estratégica, aliás, deu várias entrevistas onde fala sobre a dimensão política da sua ação. E muito do trabalho que ele faz lá, tem a haver com a criação de algumas questões que não existiam até lá. E o que é que não existia? Não existia um comando conjunto. A primeira coisa que ele faz é garantir que exército, marinha e força aérea, trabalhavam debaixo do seu comando direto, operacional. A única coisa que ele não atribuiu ao quartel general, foi as informações. De resto era o quartel general que organizava tudo. Depois fez uma secretaria para assuntos civis onde o secretário geral para a Guiné (depois mais tarde foi o General Pedro Cardoso, na altura Tenente Coronel) era um todo poderoso para desenvolver a questão das escolas, da educação, da ciência económica, das finanças, etc. Essa secretaria, mais a secção de assuntos civis e apoio psicológico e ação psicológica, que era outra novidade que ele traz para lá, é que deram força, à sua ideia de como ia governar a Guiné. Depois, fez programas! A partir daí ele desenhou grandes programas “por uma Guiné melhor”, os congressos anuais e o princípio da “Africanização”. Essas três coisas, são três novidades estratégicas que mostram uma abertura muito grande. E qualquer uma destas três tem depois aspectos muito positivos.

Portanto, o carisma dele, a possibilidade de fazer alguma diferença, a grande respeitabilidade que ele tinha dentro do exército Português, a reputação que trouxe de Angola, o conhecimento que tinha, a doutrina (a doutrina foi importante, foi mais importante em 61/65 do que propriamente em 67/71. A doutrina continuou a ser importante, mas nesta altura já estávamos uns passos em frente). A doutrina era a mesma para Angola, Moçambique e Guiné e nós vemos a ação dos três governadores e é completamente diferente, embora a doutrina seja a mesma, interessa muito o espírito político-estratégico de cada líder. E no caso dele não há dúvida, é um comandante político e estratégico porque tinha os dois “capacetes”, portanto ele podia liderar das duas formas, mas sem dúvida que a sua capacidade de fazer equipa, a sua capacidade de destituir quem não servia e a sua capacidade de congregar esforços debaixo de uma única autoridade foram coisas muito importantes, e têm muito a haver com ele.

**3. Na sua opinião, em termos militares, qual foi a medida mais importante adotada pelo Marechal Spínola, como Governador-Geral e Comandante-Chefe na Guiné-Bissau?**

*Cor Lemos Pires:* Eu não gosto muito de escolher “a” mais importante, diria algumas das mais importantes, e uma das mais importantes foi sem dúvida o desenvolvimento do programa “por uma Guiné melhor”. O programa “por uma Guiné melhor” é um programa muito completo, começa com ação psico-social, passa para a zona das “PIFAS”, que era a parte da comunicação, dos jornais, das rádios, dos media, a parte religiosa, a parte da agricultura, a parte da visão operacional. Tudo isto está dentro do programa “por uma Guiné melhor”, portanto a medida dele foi fazer um programa estrutural, a longo prazo, pensado para mais que uma geração, portanto não tinha a ideia de fazer aquilo em três ou quatro anos, era fazer aquilo durante muito tempo, passava por várias dimensões e começando pela dimensão de trabalhar diferente conforme as etnias foi logo um aspeto muito inteligente. A segunda foi a percepção da importância da agricultura, em que Amílcar Cabral, sendo engenheiro agrónomo estava a conseguir a adesão das populações porque



apostava forte nas culturas locais, na subsidiariedade, das pessoas virarem-se para o PAIGC de acordo com aquilo que era a economia mais forte e ele sentiu que estava a perder as populações e investiu forte em locais para o arroz, substituir as populações, fazer baterias de aldeamentos, conseguir meter pelotões dentro das aldeias, partilhar defesa, baixar os impostos. Uma série de coisas que ele fez no âmbito de uma política económica e social muito importante.

No plano operacional ele dividiu claramente aquilo que eram as forças de quadrícula das forças de intervenção. Também foi uma medida muito inteligente porque embora isso também tenha sido feito de alguma forma em Angola, e em Moçambique, ele ali aprimorou. As forças de intervenção, leia-se paraquedistas, comandos e fuzileiros, estavam vocacionados para o combate. O combate foi determinante, mas essas forças praticamente não faziam mais nada. Faziam o combate. Não estavam dedicados ao apoio económico e social e os 95% das forças que estavam no Teatro faziam apoio económico e social, abriam estradas, construíam... O combate era defensivo, ou seja, era o combate da quadrícula, não estava ali para fazer o combate, estava ali para cuidar das populações, isolar os combatentes mas era um efeito da segurança e possibilitar desenvolvimento. Depois, na parte da propaganda e contra propaganda é que ele conseguiu efetivamente através dos congressos, trazer os chefes tribais a falarem diretamente com ele. Isso ele fazia uma vez por ano, como se faz hoje que nós no Afeganistão. Fazia o congresso anual, mas também havia congressos regionais e congressos locais, e tinha efeitos. É claro que o maior efeito era o efeito de propaganda, mas havia outro efeito direto. Muitas das queixas que as pessoas levavam diretamente a Spínola levada a que despedisse administradores, mudasse chefias, implementasse comissões e por aí fora, portanto as pessoas sentiam que falavam diretamente com o governador e que ele as ouvia.

Depois, no que respeita pelas religiões. Por exemplo, em relação aos Muçulmanos, quando chega a hora da peregrinação a Meca, ia acompanhar as despedidas, ajudava a que iniciassem as peregrinações, tinha um grande respeito pela religião muçulmana. Demonstrou sempre uma amplitude muito grande.

Quanto à parte da “Africanização”, foi uma parte muito importante da estratégia. Geralmente as pessoas levam para uma parte e esquecem outra, há uma parte que é “africanizar” a tropa. Obviamente que havia tropa nativa, já do tempo do Teixeira Pinto na Guiné, e dizia ele que tribo contra tribo é sempre mais fácil combater, conhecem o terreno, conhecem o local, são mais aguerridos e muitas vezes até mais determinados porque lá ficam, portanto transforma grande parte da força através das forças locais. “Africanizar” as forças foi muito importante, inclusivamente dando hipóteses aos sargentos e aos oficiais que iam subindo, exatamente com os mesmos direitos e princípios de carreira de um oficial do Exército Português, que foi uma coisa espantosa que ele conseguiu fazer na altura. Porém existe outro lado que as pessoas se esquecem, que é a preparação de técnicos, que vão preparar o futuro da Guiné. Ele conseguiu isso através da aposta forte na educação, com muitas escolas, em que os professores eram sargentos do Exército, oficiais do Exército, uma vez que não havia professores civis, apostando também no ensino secundário. E depois apostar, por exemplo, no Batalhão de Engenharia 477, em que ele tinha 2039 civis e que não eram só para trabalhar, era para aprenderem uma profissão. Saíam de lá pedreiros, carpinteiros, operadores de máquinas, todas as especialidades ligadas à engenharia em que fazia falta pessoal qualificado e que depois construiu grande parte do que temos hoje na Guiné. Ao mesmo tempo era uma opção de qualificação para o futuro, para, lá está o sonho dele, uma geração depois, irem ganhando uma autonomia consecutiva, para que um dia tivessem (embora sempre defendeu que sempre à sombra da bandeira portuguesa) a sua autonomia, à semelhança do que vemos os Açores e a Madeira, Regiões Autónomas com todas as funções ocupadas com pessoal nativo.

#### **4. Quais as repercussões dessa medida?**

**Cor Lemos Pires:** Como é óbvio, isto é feito por pessoas, é feito por períodos e é feito por alguns interesses que existem, e podíamos estar aqui horas e horas para descrever a guerra e o que aconteceu, o que é que correu bem, o que correu mal, os apoios... Depois, há aqui uma parte que são as fronteiras porosas da Guiné, estamos a falar do Senegal e da Guiné Conacri, ou seja, independentemente da sua vontade ou não vontade ele não resolve um conflito. Volto a referir o





alinhamento com a política nacional e o isolamento internacional que Portugal sofria, mais os santuários que foram criados, mais os apoios que vinham da Guiné Conacri e do Senegal, direta e indiretamente e que afetam todo o decorrer de uma campanha, portanto há muitas coisas que nós não conseguimos medir através de efetivo. Depois existem alguns aspetos que de facto extravasaram um bocadinho a sua ação de comando. Começou-se a perder alinhamento, já não com Salazar, mas com Marcelo Caetano, quando tentou também de alguma forma influenciar diretamente as negociações exteriores, não para resolver o problema da Guiné, mas para resolver a política ultramarina portuguesa, e ele ao fazer isso começou a desfazer-se da política nacional. Se bem, se mal? Isso a história julgará, o que nós sabemos depois é que o Marechal Spínola acaba por escrever o livro “Portugal e o Futuro”, onde propõe um outro caminho para Portugal, e quando se dá o 25 de Abril ele aparece obviamente como o primeiro Presidente da República no pós 25 de Abril. Mas o que é facto, independentemente do julgamento que a gente possa fazer, é que houve um “divórcio”. Começou-se a acentuar um divórcio da política geral e da dele, e quando aparece o divórcio entre a política regional, que ele próprio tinha defendido e a política nacional, as coisas começam a deixar de correr bem. A isso somam-se também algumas ações do exterior: a operação “Mar Verde”, o bombardeamento para além das posições, para o lado do Senegal e as ações para lá das fronteiras que também não foram muito bem aceites. Aliás, a operação “Mar Verde” teve um terrível efeito, interno e externo relativamente aos efeitos que Portugal sofreu. Portanto, houve ali muita coisa que lhe saiu fora do controlo! A própria operação do “Chão Manjaco”, onde morreram os três maiores, numa provável ingenuidade de que as coisas estariam a ser conduzidas de uma determinada forma. Existem obviamente muitas coisas que não correm bem, mas aquilo que foi a aproximação das populações, aquilo que foi abrir escolas, a propaganda, aquilo que foi ter o soldado ao lado das populações, a aposta no desenvolvimento das populações locais, tudo isso estava a correr bem. Portanto há fatores que estavam nas suas mãos para desenvolver, e que ele conseguiu desenvolver bem, havia fatores que estavam nas mãos dele para desenvolver e que ele se calhar desenvolveu mal, e há muitos que são alheios a ele, porque a guerra não era só na Guiné. Portugal era um país isolado do mundo, em que as principais potências mundiais estavam contra Portugal, “colonizador Portugal”, mais tarde ou mais cedo, se não houvesse a tal revolução política, como aconteceu, acabavam por forçar a outro tipo de decisão.

**5. Na sua opinião, e em termos políticos, qual foi a medida mais importante adotada pelo Marechal Spínola, como Governador-Geral e Comandante-Chefe na Guiné-Bissau?**

*Cor Lemos Pires:* Não há uma separação! Isso é uma das questões que nós temos sempre de lembrar, não há estratégia sem política primeiro, portanto a estratégia é um resultado da política. Com as decisões políticas, a estratégia molda-se à política e faz uma aplicação dos meios. É uma escolha dos meios, uma seleção de meios. A política é que se decide aonde é que se quer chegar. Portanto, não é uma questão de errar na política ou não errar na militar, porque estão profundamente ligadas. Se eu quero defender, eu preciso de “X” de estratégia Militar, se eu quero atacar, eu preciso de “Y” de estratégia militar, se a política muda, se a política não se altera, se a política não evolui, a parte militar é consequência disso, eu não consigo divorciar uma da outra.

**6. Como caracteriza a atuação do Marechal Spínola como Governador-Geral? E Comandante-Chefe na Guiné-Bissau?**

*Cor Lemos Pires:* Eu julgo que ele próprio nunca separou uma da outra. Ele nunca esteve propriamente a fazer o papel de Comandante-Chefe desligado do papel de Governador-Geral, embora nos outros Teatros de Operações eles estivessem separados, por pessoas e por cargos, aqui não havia uma separação das duas e eu acho que ainda bem. Quer dizer, se o processo conseguiu ser revertido, nomeadamente nos anos 70 e 71, se há algum sucesso da parte portuguesa, deve-se à tal visão civil-militar, político-militar do problema, incluída e gerida pelos mesmos órgãos. Portanto eu não consigo separar onde é que ele falhou, mas nitidamente que se ele falhou (se falhou ou não falhou isso é tudo discutível), prefiro dizer assim, o que falhou e não onde é que ele falhou, foi sem dúvida o divórcio entre a política nacional e a política regional, portanto quando a política regional



*deixa de estar ligada à política nacional deixa de haver uma coerência estratégica, deixa de haver uma coerência política sobre aquilo que se vai fazer e é isso que leva inevitavelmente às falhas que depois aconteceram e que levaram à sua substituição. Ele não estando alinhado e não havendo a confiança levou o General Bettencourt Rodrigues a substituir o General Spínola como governador e comandante-chefe.*

*Este facto refletiu-se no terreno de forma muito profunda, porque toda a atuação militar tem em vista um futuro político, temos um “End State” e se o “End State” se começa a afastar, ou seja, se as Forças Armadas estão lá para ganhar tempo à espera da solução política e se a solução política não aparece, o desgaste começa a aumentar, e os fatores de desgaste levados à força militar em si, como a permanência de guerra, um Teatro de Operações extremamente agressivo, num sítio onde a taxa de mortos e a taxa de atrição era muito maior, e ao mesmo tempo, se quem lá está não sente que está a caminho de uma solução futura que de alguma forma vai ser conseguida, obviamente isto leva depois à deterioração da ação operacional e isso começou-se a sentir no terreno, criando condições para o PAIGC conseguir, depois em 1973, declarar uma parte libertada. O facto de aparecem armas anti-aéreas que evitam que a Força Aérea pudesse atuar em todo o território, o uso de alguns aviões de combate, etc. Toda esta parte operacional tem uma ação direta operacional, mas também há uma ação política em relação à qual não se vê o fim à vista. Ou seja, a certa altura parece que só havia uma teimosia, mesmo quando as negociações frustradas para negociar um futuro político para Portugal... Depois, o assassinato de Amílcar Cabral, o interlocutor privilegiado que havia e depois desaparece e dá lugar a um vazio de poder e também do outro lado a posturas um bocadinho menos negociantes. Tudo isso foram fatores condicionadores...*